

ANGELA NATALINA SABÓIA DA CUNHA

ISAURINO DANIEL CORDEIRO

**ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A OPÇÃO PELO REGIME TRIBUTÁRIO EM
UMA INDÚSTRIA MADEIREIRA DE PEQUENO PORTE, DA REGIÃO DE IRATI-
PR, NOS EXERCÍCIOS DE 2001 E 2002.**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Especialista em Auditoria Integral.

Orientador: Prof. Blênio César Severo Peixe

CASCADEL

2003

PENSAMENTO

“Estratégia é a arte ou ciência de saber identificar e empregar meios disponíveis para atingir determinados fins, apesar de a eles se oporem obstáculos e/ou antagonismos conhecidos”.

Sun Tzu

AGRADECIMENTO

Agradecemos às nossas famílias que souberam compreender nossas ausências, e também em especial à Andréia pela colaboração, ao amigo Jorge por dividir conosco seu conhecimento e seu precioso tempo e também a todas as pessoas que de uma ou outra forma contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Os autores.

DEDICATÓRIA

Aos amigos Antonio Jair dos Santos e Vilmar Bianchezzi pelo incentivo e apoio sem os quais não seria possível a participação e conclusão do curso de auditoria.

Os autores

DEDICATÓRIA ESPECIAL

À Andréia Cristina Pinguello, colega valorosa, profissional competente, brava guerreira que partiu tão prematuramente deixando tantos sonhos sem serem realizados e um triste vazio em nossas vidas.

Os autores

LISTA DE GRÁFICOS

RESULTADO DO EXERCÍCIO - 2001	47
CARGA TRIBUTÁRIA - 2001	47
% SOBRE A RECEITA BRUTA - 2001	48
RESULTADO DO EXERCÍCIO - 2002	50
CARGA TRIBUTÁRIA - 2002	50
% SOBRE A RECEITA BRUTA - 2002	51

RESUMO

CUNHA, A. N. S. da e, CORDEIRO, I. D. **ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A OPÇÃO PELO REGIME TRIBUTÁRIO EM UMA INDÚSTRIA MADEIREIRA DE PEQUENO PORTE, DA REGIÃO DA IRATI – PR, NOS EXERCÍCIOS DE 2001 E 2002**. É muito comum se ouvir de empresários, tanto de pequenas, médias ou grandes empresas, a constante reclamação de que o ônus tributário que as mesmas têm que arcar é muito elevado e que a legislação relacionada a tributos, além de ser muito complexa, muda constantemente e que eles não têm como acompanhar tantas mudanças e exigências fiscais, o que, não raras vezes acaba por inviabilizar seus negócios. Diante destes desafios, e, para se manterem no mercado, procuram como podem, enquadrar suas empresas em regimes tributários mais simplificados, com legislação menos complexa e menor tributação, visando, de forma lícita e legal manterem seus espaços e vislumbrarem possibilidades de crescimento. O objetivo do presente trabalho foi estudar os sistemas tributários existentes, a nível federal e estadual e orientá-los um a um em uma empresa de pequeno porte que atua no ramo de indústria madeireira, na região de Irati/PR, por dois anos consecutivos, 2001 e 2002, para, através das diversas simulações, estudar qual o regime tributário que se mostraria mais vantajoso para a empresa estudada e se não existiriam óbices para o enquadramento da mesma em tal regime. No âmbito federal foram estudados o Regime de Apuração pelo Lucro Real, Regime de Apuração pelo Lucro Presumido, pelo Lucro Arbitrado e pelo Regime SIMPLES Federal. No âmbito estadual foram estudados o Regime Normal de Recolhimento, o Regime de Microempresa SIMPLES/PR e o novo Regime de Microempresa, em vigor no Paraná, a partir de fevereiro/2003. Através do estudo ficou constatado que as empresas brasileiras (e os cidadãos brasileiros também) tem que arcar com uma carga tributária elevada, uma das maiores do mundo, equivalendo a 34% do PIB e que a legislação tributária é realmente muito complexa, sofrendo constantes alterações, havendo a necessidade das empresas receberem aconselhamento permanente de profissionais competentes, que acompanhando as mudanças da legislação, possam orientá-las para que tomem as decisões mais acertadas, e assim obtenham melhores resultados. Em relação às simulações, no âmbito federal o que apresentou pior resultado foi o Regime pelo Lucro Presumido, onde o percentual da carga tributária em relação à receita bruta chegou a 24,81% em 2001, e o melhor foi o Regime SIMPLES apresentando um percentual de carga tributária em relação à receita bruta de 12,02%. Já no âmbito estadual o regime que se mostrou mais vantajoso para a empresa foi o novo regime de microempresa do Paraná. Como a legislação não apresenta óbices para o enquadramento da empresa em nenhum dos regimes apontados como vantajosos, para um melhor resultado a mesma deveria optar pelo enquadramento no Regime SIMPLES Federal e Regime de Microempresa/PR.

PALAVRAS-CHAVE: Regimes Tributários; Lucro Real; Lucro Presumido; Lucro Arbitrado; Simples Federal; Regime Normal de Recolhimento; Regime Simples/Pr, Microempresa/Pr; Indústria Madeireira; Carga Tributária; Tributos.

E-mail: bambusa@pr.gov.br

ÍNDICE

PENSAMENTO	II
AGRADECIMENTO	III
DEDICATÓRIA	IV
DEDICATÓRIA ESPECIAL	V
LISTA DE GRÁFICOS	VI
RESUMO	VII
1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO DA LITERATURA	4
2.1. TRIBUTOS FEDERAIS INCIDENTES SOBRE A ATIVIDADE INDUS-	
TRIAL E COMERCIAL DA EMPRESA ESTUDADA	5
2.1.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	5
2.1.2. Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI	6
2.1.3. Imposto sobre Importação - II e Imposto sobre Exportação - IE	7
2.1.4. Contribuição para os Programas de Integração Social - PIS	8
2.1.5. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9
2.1.6. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	10
2.1.7. Contribuição para a Seguridade Social - INSS	11
2.1.8. Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF ..	11
2.1.9. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	12
2.2. TRIBUTO ESTADUAL INCIDENTE SOBRE A ATIVIDADE INDUS-	

TRIAL E COMERCIAL DA EMPRESA ESTUDADA	13
2.2.1. Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços	
Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	14
2.3. REGIMES TRIBUTÁRIOS APLICÁVEIS NA EMPRESA ESTUDADA	
NA ESFERA FEDERAL	14
2.3.1. Tributação pelo Lucro Real	15
2.3.2. Tributação pelo Lucro Presumido	17
2.3.3. Tributação pelo Lucro Arbitrado	19
2.3.4. Tributação pelo Regime SIMPLES.....	21
2.4. REGIMES TRIBUTÁRIOS APLICÁVEIS NA EMPRESA ESTUDADA	
NA ESFERA ESTADUAL	25
2.4.1. Tributação pelo Regime Normal de Recolhimento	25
2.4.2. Tributação pelo Regime SIMPLES/PR	26
2.4.3. Tributação pelo Novo Regime de Microempresa	29
3. METODOLOGIA	33
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
4.1. HISTÓRICO DA EMPRESA	34
4.2. ESTRUTURA DA EMPRESA	36
4.2.1. Organograma	36
4.3. RESULTADO UTILIZANDO APURAÇÃO PELO LUCRO REAL	37
4.4. RESULTADO UTILIZANDO APURAÇÃO PELO LUCRO PRESUMIDO	40

4.5. RESULTADO UTILIZANDO APURAÇÃO PELO SIMPLES FEDERAL	42
4.6. RESULTADO UTILIZANDO APURAÇÃO PELO LUCRO ARBITRADO	44
4.7. RESULTADO COMPARATIVO - TODOS OS REGIMES APLICADOS	45
4.8. COMENTÁRIOS ADICIONAIS	51
5. CONCLUSÕES	53
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
7. ANEXOS	59
Anexo I . Demonstração do Resultado do Exercício da empresa estudada em 2001, utilizando cada um dos regimes tributários e suas possíveis combinações	60
Anexo II. Lei Federal nº 9317 de 05 de dezembro de 1996 que cria o Regime SIMPLES Federal	79
Anexo III. Decreto Estadual nº 2953 de 17 de março de 1997 que cria o Regime de Microempresa SIMPLES/PR	94
Anexo IV. Decreto Estadual nº 246 de 29 de Janeiro de 2003 que estabelece o Novo Regime de Microempresa e Empresas de Pequeno Porte no Paraná	101

1. INTRODUÇÃO

É fato comum por parte dos empresários, seja de pequenas, médias ou grandes empresas, a constante queixa sobre o excesso de tributos com que os mesmos têm de arcar e as mais diversas exigências a que são submetidos para manterem legalmente seus negócios.

Segundo BETTONI, (2002, p. 1) “a carga tributária brasileira que era de 13,8 % do PIB em 1947, atingiu 32,1 % em 1999 e 33% em 2000”.

OLIVEIRA et al (2003, p.17), afirma “O Brasil tem hoje uma das mais altas cargas tributárias do mundo, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB); é a maior da América Latina, mais que o dobro da carga tributária da Argentina, segundo projeção de advogados tributaristas”.

Ainda segundo OLIVEIRA et al (2002, p.203) “o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) afirma que a carga tributária brasileira que representava 22,39% do PIB em 1986 chegou em 2000 a 34,16% o que representa um aumento, no período, de 352,15%, enquanto o crescimento do PIB no período semelhante foi de 196,36%”

Segundo a Revista da Madeira (Agosto/2002, p. 4) “Os impostos significam hoje mais de 34% do PIB brasileiro, superando o percentual arrecadado por países como o Japão, EUA, Austrália e outros”.

Tanto quanto o ônus tributário tem aumentado para as empresas, tanto mais ampla e complexa se torna a legislação de cada tributo, tornando-se difícil para os

empresários, sem a ajuda de pessoas especializadas, acompanhar, entender e cumprir tantas normas e exigências legais.

FRANÇA (1998, p.31) "O custo de fazer o planejamento tributário é sem dúvida menor que o benefício com a redução da saída de caixa para pagamento de tributos desnecessários".

OLIVEIRA et al (2003, p.15) afirma "Além da carga tributária, há que se considerar também os gastos administrativos com o gerenciamento e o controle das atividades tributárias".

Diante deste quadro, as empresas buscam cada vez com maior interesse, adequar suas empresas em regimes tributários com legislação e tributação mais simplificadas ou, como diz BORGES (1999, p. 26) "utilizar-se de ações válidas e legítimas", visando a economia de tributos, com possibilidades reais e legais de redução de custos, além de manter a competitividade e a permanência saudável da empresa no mercado, sem falar ainda, livres de problemas com a fiscalização em qualquer nível.

De outro lado, os órgãos governamentais de fiscalização estarão atentos e zelarão pela correta aplicação da legislação tributária, cobrando os tributos devidos pelas empresas com aplicação de todos os procedimentos e sanções necessárias, se as ações por eles tomadas não forem lícitas.

Em estudo recente NOGUEIRA (1995, p. 162) define a participação do estado, enquanto órgão fiscalizador na cobrança de tributos "não poderá a autoridade administrativa se desviar para escolher fora do campo, já múltiplo da lei, nem exceder o

meio ou método escolhido porque no primeiro caso haverá um desvio do poder e no segundo um abuso ou excesso do próprio poder discricionário”.

Neste contexto, entre a necessidade de economia de tributos pelas empresas e a exigência legal e legítima da arrecadação de tributos pelos órgãos governamentais o ideal é se buscar um sistema que seja satisfatório para ambos em suas necessidades. Qual sistema tributário seria o mais vantajoso para a empresa estudada? Haveria óbices por parte das entidades governamentais de fiscalização para tal regime?

Partiu-se do pressuposto de que o regime tributário SIMPLES tanto federal quanto estadual se mostraria com maiores benefícios (essa é a finalidade dos mesmos), por exigir procedimentos mais simplificados e tributação menor.

No presente estudo, buscar-se-á na legislação existente sobre o tema, as situações favoráveis e desfavoráveis de cada regime tributário, prós e contras para a atividade da empresa analisada, visando quantificar a economia de tributos nos mais diversos regimes tributários.

Os objetivos do presente estudo são:

- Apresentar os tributos incidentes (federais e estaduais) na atividade industrial e comercial da empresa estudada;
- Caracterizar os diferentes regimes tributários existentes, na esfera federal e estadual;
- Apontar qual o regime mais vantajoso para a empresa e que não apresente restrições de enquadramento por parte dos órgãos governamentais;
- Demonstrar os valores devidos de ICMS, considerando-se as recentes mudanças na legislação deste tributo.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Vários são os tributos incidentes sobre as atividades comerciais e industriais das empresas, tanto a nível federal, estadual ou municipal e alguns deles apresentam alíquotas diferenciadas, conforme a forma ou o regime tributário a que a empresa esteja enquadrada.

Muito embora, grande seja a queixa por parte dos empresários ou de seus representantes, sobre o alto ônus tributário suportado pelas empresas, cabe salientar que toda tributação a elas imposta é decorrente de lei e qualquer modificação que se pretenda, seja na forma de recolhimento ou no valor do tributo, só poderá ser feito se houver expressa previsão legal para isso.

A Constituição Federal de 1988, no seu Art. 145, assim determina:

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, poderão instituir os seguintes tributos:

I – impostos;

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos ou divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

Nos artigos 146 a 162, a Constituição Federal determina a competência para a cobrança entre os entes políticos, estabelece as limitações no poder de tributar e determina como deve ser a repartição das receitas tributárias entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Também o Código Tributário Nacional – CTN, Lei nº 5172/66 dá a definição dos tributos e estabelece as normas gerais de direito tributário.

Inúmeras outras leis federais, estaduais, decretos, regulamentos, atos, normas de procedimentos regulamentam e normatizam os mais diversos tributos, as formas de pagamento e demais procedimentos legais.

2.1. TRIBUTOS FEDERAIS INCIDENTES SOBRE A ATIVIDADE INDUSTRIAL E COMERCIAL DA EMPRESA ESTUDADA

A Constituição Federal em seu Art. 153, assim estabelece:

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

- I – importação de produtos estrangeiros;
- II – exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- III – renda e proventos de qualquer natureza;
- IV – produtos industrializados;
- V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- VI – propriedade territorial rural;
- VII – grandes fortunas, nos termos da lei complementar.

2.1.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ

O Código Tributário Nacional – CTN, Lei nº 5172/66, em seu Art. 43, assim define Imposto sobre a Renda e proventos de Qualquer Natureza:

Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

- I – de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;
- II – de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

Outras definições sobre o mesmo tema em estudos recentes podem ser citadas:

A ocorrência do fato gerador (do IR), dá-se pela obtenção de resultados positivos (lucros) em suas operações industriais, mercantis, comerciais e de prestação de serviços, além dos acréscimos patrimoniais de ganhos de capital e outras receitas não operacionais. O imposto será devido à medida que os lucros, rendimentos e ganhos são auferidos (OLIVEIRA et al, 2003, p. 172-173).

O fato gerador do imposto de renda é, por definição legal, um fato periódico, ou seja, não resulta de um único ato, numa determinada data. Ele se desenvolve durante todo o ano-calendário. Inicia-se no dia 1º de janeiro e só se completa no encerramento deste período, em 31 de dezembro (ano-calendário). Assim, o resultado econômico final só é conhecido no encerramento do exercício, de conformidade com as leis comerciais (FRABETTI, 1999, p. 217).

2.1.2. Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI

O Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, assim está definido no Art. 46 do Código Tributário Nacional – CTN, Lei nº 5172/66:

Art. 46. O imposto, de competência da União, sobre produtos industrializados, tem como fato gerador:

- I – o seu desembaraço aduaneiro, quando de procedência estrangeira;
- II – a sua saída dos estabelecimentos a que se refere o parágrafo único do Art. 51;¹
- III – a sua arrematação, quando apreendido ou abandonado e levado a leilão.

Parágrafo único. Para os efeitos deste imposto, considera-se industrializado o produto que tenha sido submetido a qualquer operação que modifique a natureza ou a finalidade, ou o aperfeiçoe para o consumo.

¹ O parágrafo único do Art. 51 do Código Tributário Nacional – CTN, Lei nº 5172/66, define contribuinte autônomo, a saber: Parágrafo único. Para os efeitos deste imposto, considera-se contribuinte autônomo qualquer estabelecimento de importador, industrial, comerciante ou arrematante.

O Imposto sobre Produtos Industrializados será calculado mediante a aplicação da alíquota do produto, constante na TIPI (Tabela de alíquotas aplicáveis sobre as operações com produtos industrializados) sobre o respectivo valor tributável.

2.1.3. Imposto Sobre Importação – II e Imposto Sobre Exportação – IE

O Imposto sobre Importação – II está assim definido no Art. 19 do Código Tributário Nacional – CTN, Lei nº 5172/66:

Art. 19. O imposto, de competência da união, sobre a importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a entrada destes em território nacional.

O Decreto-Lei nº 2472/88, em seu Art. 1º, dá nova redação sobre o fato gerador do Imposto sobre Importação:

Art. 1º. O imposto de importação incide sobre mercadoria estrangeira e tem, como fato gerador sua entrada em território nacional.

§ 1º. Para fins de incidência do imposto, considerar-se-á também estrangeira a mercadoria nacional ou nacionalizada exportada, que retornar ao País, salvo se:

- a) enviada em consignação e não vendida no prazo autorizado;
- b) devolvida por motivo de defeito técnico, para reparo ou substituição;
- c) por motivo de modificações na sistemática de importação por parte do país importador;
- d) por motivo de guerra ou calamidade pública;
- e) por outros fatores alheios à vontade do exportador.

§ 2º. Para efeito de ocorrência do fato gerador considerar-se-á entrada no território nacional a mercadoria que constar como tendo sido importada e cuja falta venha a ser apurada pela autoridade aduaneira.

§ 3º. Para fins de aplicação do disposto no § 2º deste artigo, o regulamento poderá estabelecer percentuais de tolerância para a falta apurada na importação de granéis que por sua natureza ou condições de manuseio na descarga, estejam sujeitos a quebra ou decréscimo de quantidade ou peso.

O valor do imposto de importação é determinado pela alíquota prevista na Tarifa Aduaneira do Brasil – TAB, incidindo diretamente sobre a base de cálculo, conforme determina o Art. 99 do Decreto nº 91030/85, citado por CASSONI (1997, p. 221).

Sobre o Imposto sobre a Exportação para o exterior de produtos nacionais e nacionalizados, assim estabelece a Constituição Federal de 1988, no seu Art. 153.

Art. 153. Compete à união instituir impostos sobre:

(...)

II – exportação para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.

§ 1º. É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas do imposto sobre exportação.

A alíquota do imposto sobre exportação foi estabelecida pelo Art. 224 do Decreto nº 91030/85 que diz ser de 10% sobre a base de cálculo, conforme diz CASSONI (1997, p. 228).

2.1.4. Contribuição para os Programas de Integração Social – PIS

A Contribuição para os programas de Integração Social – PIS foi criada pela Lei Complementar nº 07 de 07 de setembro de 1970, conforme demonstra no Art. 1º.

Art. 1º. É instituída na forma prevista nesta Lei, o programa de Integração Social, destinada a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas.

O Art. 2º da Lei nº 9715/98, prevê que a quais as empresas que contribuição para o PIS/PASEP:

Art. 2º. A contribuição para o PIS/PASEP será apurada mensalmente:

- I – pelas pessoas jurídicas de direito privado e as que lhe são equiparadas pela legislação do imposto de renda, inclusive as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias com base no faturamento do mês;
- II – pelas entidades sem fins lucrativos definidas como empregadoras pela legislação trabalhista e as funções, com base na folha de salários;
- III - pessoas jurídicas de direito público interno, com base no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.

A Lei nº 9718/98 estabelece em seu Art. 2º a base de cálculo para recolhimento.

Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a CONFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base em seu faturamento, observada a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta lei.

A alíquota em vigor para as empresas é de 0,65% sobre o faturamento e para as entidades sem fins lucrativos é de 1% sobre a folha de salários.

2.1.5. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

A Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, foi criada pela Lei nº 7689/88, conforme Art. 1º:

Art. 1º. Fica instituída contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas destinada ao financiamento da seguridade social.

A Constituição Federal de 1988 prevê em seu Art. 195 a cobrança de contribuição social do empregador:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos proveniente dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

- I – dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro;

- II – dos trabalhadores;
- III – sobre a receita de concurso de prognósticos.

São contribuintes da contribuição social sobre o lucro líquido, as pessoas jurídicas domiciliadas no país e as que lhe são equiparadas pela legislação tributária.

A base de cálculo é de 12% sobre o resultado apurado pela contabilidade, ajustado pelas adições e exclusões e as alíquotas em vigor são de 9% para as empresas em geral e de 8% para as instituições financeiras.

2.1.6. Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS

A Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, foi instituída pela Lei Complementar nº 070 de 30 de dezembro de 1991, sendo que seu Art. 1º assim estabelece:

Art. 1º. Sem prejuízo das cobranças das contribuições para o Programa de Integração Social – PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, fica instituída contribuição social para financiamento da Seguridade Social, nos termos do Inciso I do Art. 195 da Constituição Federal, devida pelas pessoas jurídicas, inclusive as a elas equiparadas pela legislação do Imposto sobre a Renda, destinada exclusivamente às despesas com atividades-fins das áreas de saúde, previdência e assistência social.

A base de cálculo da contribuição é o faturamento mensal, com algumas exclusões previstas em lei e a alíquota em vigor até 30/01/2004 é de 3%. Após esta data, por força da Lei nº 10.833/03, conversão da Medida Provisória nº 135/03, passa a 7,6%, porém perde o caráter cumulativo.

2.1.7. Contribuição para a Seguridade Social – INSS

Segundo citado no expresso da notícia (expresso@expressodanoticia.com.br), o Decreto legislativo nº 4628 de 1923 foi o que criou o primeiro sistema de previdência do País. Muitos outros institutos de previdências foram criados, sendo que todos foram unificados em um único, o INPS, que deu origem ao atual INSS.

Atualmente são 35 leis em vigor sobre a previdência.

A Lei nº 8212/91 citada por FRABETTI (1999, p. 185) determina que os empregadores contribuam para a seguridade social com cerca de 20% sobre a folha de pagamento de seus funcionários.

Também é necessária a contribuição para o Seguro Acidente de Trabalho – SAT na alíquota de 1%, 2% ou 3%, sobre a folha de salários, conforme for o risco de acidente de trabalho que a empresa oferece, se pequeno, médio ou grave, respectivamente.

2.1.8. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi instituído através da Lei nº 5107/1966, sendo que atualmente é regido pela Lei nº 8036/1990, tendo esta já sofrido várias alterações, segundo FRABETTI (1999, p. 186).

Segundo o Ministério do Trabalho e do Emprego:

Os objetivos pretendidos com a instituição de tal fundo foi formar um Fundo de Indenizações Trabalhistas, oferecer ao trabalhador, em troca da estabilidade no emprego, a possibilidade de formar um patrimônio, proporcionar ao trabalhador aumento de sua renda real, pela possibilidade de acesso à casa própria e formar um Fundo de Recursos

para o funcionamento de programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana (www.tem.gov.br).

Atualmente a alíquota que está em vigor é de 8,5% sobre a folha de salários.

2.1.9. Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF

A Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira foi instituída através da Emenda Constitucional nº 012/1996, a qual fixava prazo máximo de 02 anos para a cobrança.

As Leis nºs 9311/96 e 9539/97 prorrogaram o período de cobrança até 22/02/1999, sendo que a emenda constitucional nº 21 de 19/03/1999 prorrogou a vigência da cobrança a partir de 17/06/1999.

A Instrução Normativa SRF nº 042 de 02/05/2001, em seu Art. 3º estabelece o que é fato gerador desta contribuição:

Art. 3º. Constitui fato gerador do CPMF:

I – O lançamento a débito, por instituição financeira, em contas correntes de depósito, em contas correntes de empréstimos, em conta de depósito de poupança, de depósito judicial e de depósito em consignação de pagamento de que tratam os parágrafos do Art. 890 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973, introduzidas pelo Art. 1º da Lei nº 8951 de 13 de dezembro de 1994, nelas mantidas;

II – O lançamento a crédito, por instituição financeira, em contas correntes que apresentem saldo negativo, até o limite de valor da redução do saldo devedor;

III - A liquidação ou pagamento, por instituição financeira, de quaisquer créditos, direitos ou valores, por conta e ordem de terceiros, que não tenham sido creditados, em nome do beneficiário, nas contas referidas nos incisos anteriores;

IV – O lançamento, e qualquer outra forma de movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, não relacionados nos incisos anteriores, efetuados pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixas econômicas;

V – A liquidação de operações contratadas nos mercados organizados de liquidação futura;

VI – Qualquer outra movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira que, por sua finalidade, reunindo características que permitam presumir a existência de sistema organizado para efetiva-la, produza os mesmos efeitos previstos nos incisos anteriores, independentemente da pessoa que a efetue, da movimentação e da forma jurídica ou dos instrumentos utilizados para realizá-la.

A alíquota de CPMF que está em vigor desde 18/04/2001 é de 0,38%.

2.2. TRIBUTO ESTADUAL INCIDENTE SOBRE A ATIVIDADE INDUSTRIAL E COMERCIAL DA EMPRESA ESTUDADA

A Constituição Federal de 1988, em relação aos Estados e ao Distrito Federal em seu Art. 155, assim estabelece:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I – Transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens e direitos;

II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

III – propriedade de veículos automotores.

2.2.1. Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS

O imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias foi instituído pelo Código Tributário Nacional – CTN, Lei nº 5172/66, Art. 51 o qual foi revogado pelo Decreto-Lei nº 406 de 31/12/1968 que em seu art. 1º assim estabelece:

Art. 1º. O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias tem como fato gerador:

- I – a saída de mercadorias de estabelecimento comercial, industrial ou produtor;
- II – a entrada em estabelecimento comercial, industrial ou produtor, de mercadoria importada do Exterior pelo titular do estabelecimento;
- III – o fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias em restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos similares.

Atualmente, a Lei em vigor que rege a matéria é a Lei Complementar nº 087/1996, com alterações da Lei nº 102/2000.

No âmbito estadual, as principais leis que estão em vigor são a Lei 11580/1996 e Lei 13410/2001, além de diversos decretos, do regulamento do ICMS e de inúmeras Normas de procedimentos.

As alíquotas incidentes variam de 7% a 27% em ordem inversa à essencialidade do produto.

2.3. REGIMES TRIBUTÁRIOS APLICÁVEIS NA EMPRESA ESTUDADA NA ESFERA FEDERAL

Na esfera federal, os regimes tributários estudados foram o Regime de tributação pelo Lucro Real, pelo Lucro Presumido e pelo Simples Federal.

2.3.1. Tributação pelo Lucro Real

No regime de tributação pelo lucro real, geralmente utilizado pelas grandes empresas, todos os tributos federais são pagos com alíquotas específicas, após a apuração em livros e documentos próprios, levando-se em consideração o que a legislação determina, com as adições e as deduções possíveis.

A lei nº 9718/98, em seu Art. 14 determina quais as empresas que estão obrigadas a fazer a apuração pelo lucro real.

Art. 14. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas:

- I – cuja receita total, no ano-calendário anterior, seja superior ao limite de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a doze meses;
- II – cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimento, banco de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidores de títulos e de valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;
- III – que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
- IV – que autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;
- V – que, no decorrer do ano-calendário, tenham auferido pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2º da Lei 9430, de 1996;
- VI – que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração

de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*).”

Segundo FRABETTI, (1999, P. 217), “o lucro real é um conceito fiscal e não um conceito econômico. O lucro real, conforme determina o Art. 195 do RIR², é o lucro líquido (contábil) do período-base ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação do IR”.

O lucro real pode, a critério do contribuinte, ser apurado a cada trimestre ou anualmente.

As alíquotas incidentes para a Pessoa Jurídica são:

IRPJ – 15 % sobre a base de cálculo, ou seja, sobre o lucro real, mais alíquota adicional de 10% sobre o que exceder o valor de R\$ 240.000,00 no ano ou R\$ 60.000,00 se apuração trimestral;

CSLL – A base de cálculo é a mesma do IRPJ.

As alíquotas são: Até 30/04/1999 – 8%; De 01/05/1999 a 31/01/00 – 12%; Após 01/02/00 – 9%;

IPI – Conforme tabela TIPI- variando de 0% a 365,63% sendo que a base de cálculo é o valor da operação nas saídas dos produtos, acrescidos das despesas com fretes, seguros, juros, etc. Na importação o valor da operação acrescidos do valor do II, taxas e demais encargos cambiais;

II – Conforme Tabela de Tarifa Aduaneira do Brasil – TAB;

² RIR – Regulamento do Imposto de Renda.

IE – Alíquota de 10%;

PIS – Alíquota de 0,65% sobre o faturamento;

COFINS – Alíquota de 3% sobre o faturamento;

INSS – Alíquota de 20% sobre a folha de salários, mais a contribuição para o Seguro Acidente de Trabalho – SAT, na alíquota de 1%, 2% ou 3%, conforme for o risco de acidente de trabalho que a empresa oferece;

FGTS - Alíquota de 8,5% sobre o valor das remunerações mensais dos empregados;

CPMF – Alíquota de 0,38% sobre o valor da movimentação financeira da empresa.

2.3.2. Tributação pelo Lucro Presumido

A opção pela tributação pelo Lucro Presumido é possível para as pessoas jurídicas que no ano-calendário anterior auferiram receita bruta total de até R\$ 24.000.000,00, desde que tais empresas não efetuem pagamento mensal por regime de estimativa, que não sejam instituições financeiras ou equiparadas, que não tenham obtido lucro ou ganhos de capital oriundos do exterior, que não sejam beneficiárias de isenção de IR ou que não trabalhem com *factoring*.

Segundo OLIVEIRA et al (2003, p. 174) “o lucro presumido é uma forma simplificada de apuração da base de cálculo dos tributos como o Imposto de Renda e da contribuição social, restrita aos contribuintes que não estão obrigados ao regime de apuração de tributação com base no lucro real”.

As alíquotas incidentes na tributação pelo Lucro Presumido, bem como a base de cálculo, são assim determinadas:

IRPJ: Aplicam-se os seguintes percentuais sobre a receita bruta ajustada para achar a base de cálculo:

- Atividades em geral – 8%
- Revenda de combustível – 1,6%
- Serviços de transporte, exceto carga – 16%.
- Serviços hospitalares – 8%
- Serviços em geral – 32%

A alíquota aplicada é de 15% sobre a base de cálculo, mais 10% sobre a parcela de base de cálculo que exceder R\$ 60.000,00 por trimestre ou R\$ 240.000,00 anual;

CSLL - A base de cálculo é 12% da Receita Bruta Ajustada e as alíquotas incidentes são: no período de 01/01/99 a 30/04/99 – 8%; de 01/05/99 a 31/01/00 – 12%; de 01/02/00 em diante – 9%.

IPI - A base de cálculo é o valor da operação nas saídas dos produtos, acrescido das despesas com fretes, seguros, juros, etc. Na importação é o valor da operação acrescido do Imposto de Importação, taxas e demais encargos cambiais. As alíquotas variam de 0% a 365,63%, conforme a tabela do IPI;

II - Conforme a tabela de Tarifa aduaneira do Brasil – TAB;

IE – Alíquota de 10% sobre o valor da operação;

PIS – A base de cálculo é o faturamento mensal para as empresas privadas, com algumas exceções³. A alíquota incidente para as empresas privadas é de 0,65 % sobre

³ Exceções: Instituições financeiras, distribuidoras de petróleo, concessionárias de veículos, construção ou fornecimento de bens ou serviços para empresas de direito público, indústrias de produtos de higiene pessoal e cosméticos com base diferenciada.

o faturamento da empresa e para entidades sem fins lucrativos é de 1% sobre a folha de salários;

COFINS – a base de cálculo é o faturamento mensal das empresas. a alíquota até 31/01/1999 era de 2% e após 01/02/1999 passou a 3%;

INSS – A base de cálculo é a folha de salários e a alíquota é de 20%, mais a contribuição para o SAT – Seguro Acidente de Trabalho na alíquota de 1%, 2% ou 3%, conforme for o risco de acidente de trabalho que a empresa oferecer;

FGTS – Alíquota de 8,5% sobre o valor das remunerações mensais dos empregados.

CPMF – Alíquota de 0,38% sobre o valor da movimentação financeira da empresa.

2.3.3. Tributação pelo Lucro Arbitrado

Segundo OLIVEIRA et al (2003, p.179), “o arbitramento do lucro é, em geral, uma prerrogativa das autoridades fiscais. O arbitramento do lucro representa, quase sempre, maior carga tributária para a pessoa jurídica”.

A autoridade fiscal poderá arbitrar o lucro quando o contribuinte optar indevidamente pela tributação pelo Lucro Presumido, quando deveria optar pelo Lucro Real, quando a empresa não mantiver escrituração fiscal e contábil ou deixar de cumprir as obrigações fundamentais à correta apuração do lucro real ou, ainda, quando houver a recusa por parte do contribuinte em apresentar ao fisco os livros e documentos contábeis e fiscais.

A base de cálculo, quando a receita for conhecida, será determinada pela aplicação dos percentuais de presunção do lucro com um acréscimo de 20%, conforme determina a Lei nº 9249/1995, conforme cita FRABETTI (1999, p. 285).

Caso a receita não seja conhecida, cabe à fiscalização arbitrar utilizando um dos seguintes coeficientes:

- 1,5 do lucro real relativo ao último período em que a pessoa jurídica manteve escrituração, atualizado monetariamente;
- 0,04 da soma dos valores do ativo circulante, realizável a longo prazo e permanente, existente no último balanço patrimonial conhecido, atualizado monetariamente;
- 0,07 do valor do capital, constante do último balanço patrimonial conhecido, atualizado monetariamente;
- 0,05 do valor do patrimônio líquido constante do último balanço patrimonial conhecido, atualizado monetariamente;
- 0,4 do valor das compras de mercadorias efetuadas no mês;
- 0,4 da soma, em cada mês dos valores da folha de pagamentos dos empregados e das compras de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem;
- 0,8 da soma dos valores devidos no mês aos empregados;
- 0,9 do valor mensal do aluguel devido.

Sobre a base de cálculo apurada, aplica-se a alíquota de 15% do IR, mais o adicional de 10% sobre a receita que exceder o valor de R\$ 60.000,00 no trimestre ou R\$ 240.000,00 no ano.

Para a CSLL, a alíquota é de 8% e para os demais tributos é igual a tributação pelo Lucro Real.

2.3.4. Tributação pelo Regime SIMPLES

A Constituição Federal de 1988 em seus Art. 170 e 179 prevê tratamento jurídico diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, a saber:

Art. 170. A ordem econômica, fundamentada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sobre as leis brasileiras e que tenham a sua sede e administração no País.

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Atendendo ao que estabelece a Constituição Federal, o governo federal criou o regime de tributação SIMPLES, através da Medida Provisória nº 1526/96, convertida na Lei 9317/96, e alterações advindas das leis nºs 9528/97, 9732/98, 9779/99, 10034/00, 10637/02, Medida Provisória nº 75 de 24/10/2002, entre outras, segundo informações da Receita Federal.

Esta legislação, além de criar um regime simplificado e unificado de recolhimento de tributos com alíquotas progressivas para as microempresas, assim compreendidas as que apresentarem receita bruta anual de até R\$ 120.000,00 e para as empresas de pequeno porte, que são as com receita bruta anual de R\$ 120.000,00 até R\$ 1.200.000,00, também estabeleceu os critérios para enquadramento e desenquadramento do regime.

O regime de tributação SIMPLES federal implica em pagamento mensal unificado do imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servido Público – PIS/PASEP, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI e Contribuição para a Seguridade Social – INSS, parte da empresa.

As alíquotas para o recolhimento são progressivas, conforme o faturamento anual das empresas, sendo divididas em 12 faixas, variando de 3,5% a 9,1% para as empresas que são contribuintes do IPI e de 3,0% a 8,6% para as empresas não contribuintes do IPI, conforme quadro a seguir:

Alíquotas para microempresas cuja atividade seja creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental:

Receita Bruta Acumulada R\$	ME contribuinte de IPI	ME não contribuinte de IPI
Até 60.000,00	5,25%	4,5%
De 60.000,01 a 90.000,00	6,75%	6,0%
De 90.000,01 a 120.000,00	8,25%	7,5%

Fonte: Receita Federal (1996 e alteração da Lei 10034 de 24/10/2000)

Para as empresas de pequeno porte, cuja atividade seja creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental, as alíquotas são as seguintes:

Receita Bruta Acumulada R\$	EPP contribuinte de IPI	EPP não contribuinte de IPI
Até 240.000,00	8,85%	8,1%
De 240.000,01 a 360.000,00	9,45%	8,7%
De 360.000,01 a 480.000,00	10,05%	9,3%
De 480.000,01 a 600.000,00	10,65%	9,9%
De 600.000,01 a 720.000,00	11,25%	10,5%
De 720.000,01 a 840.000,00	11,85%	11,1%
De 840.000,01 a 960.000,00	12,45%	11,7%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	13,05%	12,3%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	13,65%	12,9%
Acima de 1.200.000,00	16,38%	15,48%

Fonte: Receita Federal (1996, com alterações das leis 9732/1998 e 10034/2000).

Para as demais empresas, as alíquotas são as seguintes:

Microempresa

Receita Bruta Acumulada R\$	ME contribuinte de IPI	ME não contribuinte de IPI
Até 60.000,00	3,5%	3,0%
De 60.000,01 a 90.000,00	4,5%	4,0%
De 90.000,01 a 120.000,00	5,5%	5,0%

Fonte: Receita Federal (1996)

Empresas de Pequeno Porte

Receita Bruta Acumulada R\$	EPP contribuinte de IPI	EPP não contribuinte de IPI
Até 240.000,00	5,9%	5,4%
De 240.000,01 a 360.000,00	6,3%	5,8%
De 360.000,01 a 480.000,00	6,7%	6,2%
De 480.000,01 a 600.000,00	7,1%	6,6%
De 600.000,01 a 720.000,00	7,5%	7,0%
De 720.000,01 a 840.000,00	7,9%	7,4%
De 840.000,01 a 960.000,00	8,3%	7,8%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	8,7%	8,2%
De 1.080.000,00 a 1.200.000,00	9,1%	8,6%

Fonte: Receita Federal (1996 e alterações da Lei 9732/1998)

O Art. 9º da Lei nº 9317/1996 determina as vedações para as empresas se enquadrarem no regime SIMPLES.

Art. 9º. Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica que:

- I - na condição de Microempresa que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior àquela da opção, receita bruta superior a R\$ 120.000,00;
- II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 1.200.000,00;
- III - Constituída sob a forma de sociedade por ações;
- IV - Cujas atividades sejam banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, empresa de arrendamento

mercantil, cooperativa de crédito, empresa de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

V - que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou a construção de imóveis;

VI - que tenha sócio de nacionalidade estrangeira, residente no exterior;

VII - constituída sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

VIII - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;

IX - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite estabelecido para a empresa de pequeno porte;

X - de cujo capital participe, como sócio, outra pessoa jurídica;

XI - cuja receita decorrente da venda de bens importados seja superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta total;

XII - que realize operações relativas a:

- a) importação de produtos estrangeiros destinados à comercialização;
- b) locação ou administração de imóveis;
- c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;
- d) propaganda e publicidade excluídas os veículos de comunicação;
- e) *factoring*;

f) prestação de serviços de vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;

XIII - que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida;

XIV - que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei 7256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de microempresa, ou antes da vigência da Lei 9317/1996, quando se tratar de empresa de pequeno porte;

XV - que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVI – cujo titular, ou sócio que participe de seu capital com mais de 10% (dez por cento), esteja inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVII – que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da pessoa jurídica, salvo em relação aos eventos ocorridos antes da vigência da Lei nº 9317, de 1996;

XVIII – cujo titular, ou sócio com participação em seu capital superior a 10% (dez por cento), adquira bens ou realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados.

2.4. REGIMES TRIBUTÁRIOS APLICÁVEIS NA EMPRESA ESTUDADA NA ESFERA ESTADUAL

Os regimes tributários estaduais considerados no presente estudo foram o Regime Normal de Recolhimento, Regime Simples/PR e o Novo Regime da Microempresa/PR.

2.4.1. Tributação pelo Regime Normal de Recolhimento

A Lei Estadual nº 11580/1996, em seu Art. 23, fala do regime de compensação do imposto:

Art. 23. O imposto é não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores por este Estado ou por outra unidade federada, apurada por um dos seguintes critérios:

I – por período;

II – por mercadoria ou serviço à vista de cada operação ou prestação;

III – por estimativa, para um determinado período estabelecido na legislação em função do porte ou da atividade do estabelecimento.

O Regime Normal de Apuração e Recolhimento do ICMS é utilizado pelas grandes empresas ou por aquelas que a legislação não permita optar por outro regime.

Neste regime é permitido às empresas o aproveitamento do crédito de ICMS, proveniente das entradas de mercadorias para abater do valor do imposto devido nas saídas, sendo, desta forma, um imposto não cumulativo.

O Art. 25 da Lei Estadual nº 11580/1996, assim diz:

Art. 25. O montante do ICMS a recolher, por estabelecimento, resultará da diferença positiva, no período considerado, do confronto débito-crédito.

Por ser um imposto seletivo, as alíquotas aplicadas variam conforme a essencialidade do produto, variando de 7% a 27% nas operações internas (dentro do Estado do Paraná) e de 7% a 12% nas operações interestaduais, além de situações de imunidade, isenção, diferimento, suspensão do imposto e redução da base de cálculo.

2.4.2. Tributação pelo Regime SIMPLES – PR

Na esfera estadual atendendo ao disposto nos Art. 170 e 179 da Constituição Federal que determina tratamento diferenciado para as microempresas e à lei complementar nº 87/96, o governo criou o regime de microempresa SIMPLES-PR, através do decreto nº 2953 de março de 1997.

O regime de tributação SIMPLES/PR é um regime simplificado que institui margens de contribuição em substituição ao regime normal de recolhimento do ICMS, conforme a faixa anual de faturamento das empresas.

O Decreto nº 2953 de 23/03/1997 que alterou o Regulamento do ICMS do Paraná, Decreto 2736/1996 (em vigor na época), no capítulo que fala das microempresas assim determina:

Art. 452. As microempresas, relativamente ao ICMS terão tratamento diferenciado, denominado SIMPLES/PR, regendo-se pelos termos, limites e condições deste capítulo (Art. 170, inciso IX, da Constituição Federal, Convênio ICMS 59/89, Art. 143, "caput" da Constituição Federal).

As microempresas foram divididas em três faixas distintas, conforme Art. 453 do Regulamento do ICMS do Paraná:

Art. 453. Para os fins do disposto neste capítulo, considera-se:

- I – microempresa, faixa "A", o contribuinte que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que representa 1781 Unidades Padrão Fiscal do Paraná – UPF/PR;
- II – microempresa, faixa "B", o contribuinte que tiver receita bruta anual superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), que representam 1781 e 4274 UPF/PR, respectivamente;
- III - microempresa, faixa "C", o contribuinte que tiver receita bruta anual superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (Setecentos e vinte mil reais) que representam 4274 e 25641 UPF/PR, respectivamente, ressalvado o contido no § 3º do art. 456.

O valor mensal devido pelas microempresas está descrito no Art. 456 do Regulamento do ICMS, decreto nº 2736/96.

Art. 456. O valor devido mensalmente:

- I – pela microempresa, faixa "A", será o correspondente a 1 UPF/PR (R\$ 28,08 no exercício de 1997);
- II – pelos demais optantes pelo SIMPLES/PR será determinado mediante da aplicação, sobre a receita bruta, dos seguintes percentuais;
 - a) em relação à microempresa, faixa "B", contribuinte exclusivamente do ICMS: 1 (um) ponto percentual;

- b) em relação à microempresa, faixa “B”, contribuinte do ICMS e do ISS⁴: 0,5 (meio) ponto percentual;
- c) em relação à microempresa, faixa “C”, contribuinte exclusivamente do ICMS: 2,5 (dois e meio) pontos percentuais;
- d) em relação à microempresa, faixa “C”, contribuinte do ICMS e do ISS: 2,0 (dois) pontos percentuais.

As vedações para o enquadramento no regime de microempresas SIMPLES/PR estão elencadas no Art. 459 do Regulamento do ICMS do Paraná, Decreto nº 2736/1996:

Art. 459. Não poderá optar pelo SIMPLES/PR, o contribuinte:

- I – na condição de microempresa, faixa “A”, que tenha, no exercício imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- II – na condição de microempresa, faixa “B”, que tenha no exercício imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- III – na condição de microempresa, faixa “C”, que tenha, no exercício imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), ressalvado o disposto no § 3º do art. 456;⁵
- IV – constituídos sob a forma de sociedade por ações, cooperativa, ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica, ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;
- V – que realize operações relativas a:
 - a) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;
 - b) produção, extração ou exportação de produtos primários;
- VI – que preste serviços de transporte interestadual ou intermunicipal ou de comunicação;
- VII – cujo titular ou sócio participe de outras sociedades comerciais, cujo faturamento, em sua totalidade, seja superior a R\$ 720.000,00 (25.641 UPF/PR), ressalvado o disposto no § 3º do art. 456;
- VIII – eleito substituto tributário em relação a operações subsequentes;
- IX – que operem nos seguintes ramos de atividade econômica:

⁴ ISS – Imposto sobre serviço de qualquer natureza.

⁵ O § 3º do art. 456 a que se refere, trata da tolerância de até 10% do excedente da receita bruta para a faixa “C”, sem a necessidade de desenquadramento.

- a) desdobramento de madeira – Código de Atividade Econômica – CAE 15.1, exclusive as serrarias incluídas no CAE 15.11.00;
- b) secagem, salga, curtimento e outras preparações de couros e peles, inclusive subprodutos – CAE 19.1;
- c) construção civil – CAE 33;
- d) comércio varejista de veículos novos e usados, concessionárias (exclusive bicicletas e triciclos) – CAE 41.61 A 41.63;
- e) comércio varejista de veículos novos e usados, peças e acessórios – CAE 41.69.00;
- f) comércio varejista de aparelhos e equipamentos para comunicação (inclusive peças e acessórios) – CAE 41.73.00;
- g) comércio atacadista em geral – CAE 43 e 44.

A empresa enquadrada no regime de Microempresa SIMPLES/PR é responsável pelo pagamento do ICMS referente às entradas oriundas de contribuintes não inscritos, conforme Art. 457 do RICMS – Decreto nº 2736/1996:

Art. 457. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a microempresa optante pelo SIMPLES/PR é responsável pelo pagamento do imposto referente:

I – às mercadorias e serviços que adquirir de contribuinte não inscrito no CAD/ICMS:
(...)

Uma das desvantagens do SIMPLES/PR é que o mesmo não permite a transferência dos créditos de ICMS e isso às vezes se torna um fator limitante, pois as grandes empresas devido a não possibilidade de aproveitamento do ICMS evitam de adquirir mercadorias das microempresas, ou quando compram exigem o desconto do percentual do imposto.

2.4.3. Tributação pelo Novo Regime de Microempresa

O regime de tributação SIMPLES/PR vigorou no estado do Paraná até 31/01/2003. De 01/02/2003 em diante, as microempresas paranaenses passaram a se submeter às novas regras instituídas pelo Decreto 246 de 29 de janeiro de 2003, o qual

veio alterar todo o capítulo que trata das microempresas no Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, atualmente em vigor, decreto 5141/01.

Neste decreto, as microempresas foram divididas em duas faixas, conforme descrito no Art. 407 do Regulamento do ICMS:

Art. 407. Para os fins do disposto neste capítulo, considera-se:

- I – Microempresa, aquela que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), no ano de seu enquadramento ou no ano anterior, se estiver em atividade;
- II – Empresa de Pequeno Porte – EPP, aquela que tiver receita bruta anual superior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), no ano de seu enquadramento ou no ano anterior, se estiver em atividade.

As vedações para o enquadramento no novo regime de microempresa estão descritas no Art. 409 do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, decreto nº 5141/01:

Art. 409. Não poderá optar pelo Regime Fiscal de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a empresa:

- I – constituída sob a forma de sociedade por ações ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica;
- II – que realize operações relativas a:
 - a) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;
 - b) produção e extração de produtos primários;
- III – que preste serviços de transporte interestadual ou intermunicipal;
- IV – em que o titular ou sócio participe de outras sociedades cujo faturamento, em sua totalidade, seja superior ao valor equivalente a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);
- V – eleito substituto tributário em relação a operações subsequentes.

São isentas de recolhimento do ICMS todas as microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem receita bruta mensal de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Para as com faturamento superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), o recolhimento devido está descrito no Art. 411 do Regulamento do ICMS do estado do Paraná, Decreto nº 5141/01:

Art. 411. As microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme definidas neste Capítulo, ficam sujeitas ao recolhimento mensal de ICMS de valor equivalente ao somatório do resultado da aplicação dos seguintes percentuais sobre a receita bruta mensal do conjunto de seus estabelecimentos:

- I – 2% (dois pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e seja igual ou inferior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- II – 3% (três pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e seja igual ou inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- III – 4% (quatro pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

As empresas enquadradas no regime de microempresa e empresas de pequeno porte são responsáveis também pelo recolhimento do imposto nas entradas quando adquirirem mercadorias referentes às hipóteses de recolhimento antecipado, entre outras hipóteses, conforme estabelece o Art. 412 do RICMS, Decreto 5141/01:

Art. 412. A microempresa e a empresa de pequeno porte são responsáveis, também pelo pagamento do imposto referente:

- I – às hipóteses de responsabilidade previstas na legislação do ICMS;
- II – à entrada decorrente de importação de bens e de mercadorias e à arrematação em leilão;
- III – às aquisições de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária em que não tenha ocorrido a retenção de ICMS e o remetente não tenha sido ou tenha deixado de ser eleito substituto tributário;
- IV – às hipóteses de recolhimento antecipado.

Assim como no regime SIMPLES/PR, também no regime de microempresa não é permitido o repasse de crédito do ICMS, e este fato acaba por tornar-se uma desvantagem, uma vez que as empresas que adquirem as mercadorias tem interesse em se creditar do ICMS nas entradas, para abater do imposto devido nas saídas.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida primeiramente pelo estudo de toda a legislação tributária federal e estadual, visando a identificação dos tributos de responsabilidade da empresa e do conhecimento dos diversos regimes tributários para a apuração e recolhimento de tais tributos.

Optou-se pelo estudo somente dos tributos federais e estaduais que são os mais significativos para a empresa, não se levando em consideração os tributos municipais.

Uma vez conhecidos os tributos incidentes nas atividades das empresas, foi elaborado um estudo de caso, nos dados reais de uma empresa de pequeno porte, que atua no ramo de indústria madeireira, fazendo simulações com os mais diversos regimes tributários existentes para se conhecer o "*quantum*" de tributos devidos pela empresa em uma e outra situação.

Através do resultado das simulações se procurou mostrar o regime mais vantajoso para a empresa estudada, mostrando as diferenças, seja em menor recolhimento de tributos, seja em melhor resultado, ou onde a legislação é mais simplificada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Optou-se por realizar o estudo nesta empresa específica porque, como a mesma já apresenta 15 anos de funcionamento, sempre no ramo de indústria madeireira, já possui experiência suficiente por ter passado por planos econômicos e sobrevivido a eles, bem como às constantes oscilações e exigências de mercado.

4.1. HISTÓRICO DA EMPRESA

A empresa, objeto do estudo, iniciou suas atividades no município de Irati em maio de 1988.

Desde a sua fundação, vem atuando no ramo de indústria madeireira (serraria de madeiras em bruto), tendo diversificado diversas vezes o tipo de produção e produtos oferecidos para melhor se adaptar às exigências de mercado.

Iniciou sua produção fornecendo madeiras para caixaria diversas e atualmente produz pranchas de pinus para o mercado interno e, em breve também para exportação.

A empresa foi constituída na forma de sociedade por quotas limitadas, com 02 (dois) sócios, sendo que apenas um administra a mesma. O quadro de funcionários em número de 36 (trinta e seis) é constituído por 02 (dois) gerentes de produção, 04 (quatro) encarregados de máquinas de produção, 02 (dois) motoristas e 28 (vinte e oito) operários de produção.

Mesmo sendo uma empresa de pequeno porte que muito sofre com as oscilações do mercado, com os planos econômicos, com a falta de crédito, com a

escassez de matéria-prima, etc., nestes 15 (quinze) anos de atividades tem contribuído tanto na economia quanto na área social do município, fornecendo proporcionalmente ao seu porte, muitos empregos diretos e outros tantos indiretos.

Os administradores, tendo esta consciência da importância de seu papel social, vêm enfrentando bravamente as crises e dificuldades, sempre buscando soluções criativas para permanecer no mercado.

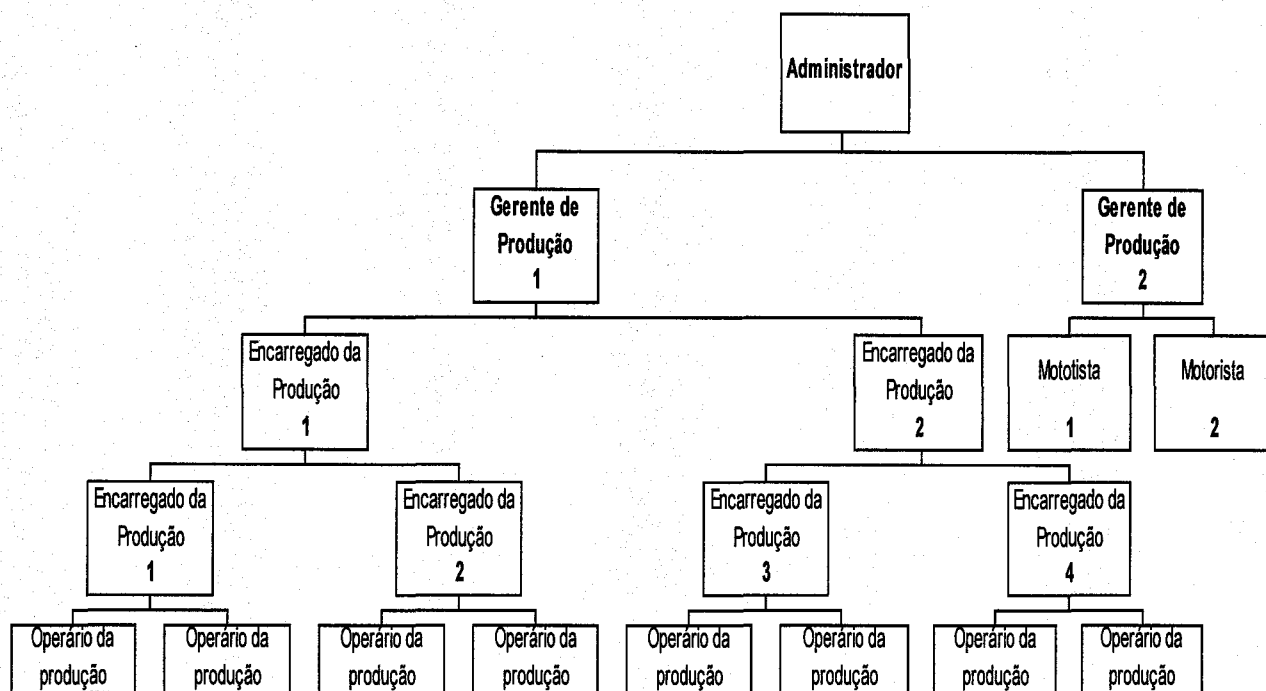
Empresas como esta é que necessitariam de atenção especial por parte dos governos e, sem dúvida, mereceriam regimes tributários mais simplificados e em consideração ao seu importante papel social, um menor ônus tributário.

4.2. ESTRUTURA DA EMPRESA

Como em qualquer empresa de pequeno porte, os funcionários desempenham as mais diversas atividades concomitantemente, e não é raro encontrar até os próprios administradores trabalhando na produção. O organograma dá apenas uma idéia geral das principais funções dentro da organização.

4.2.1. Organograma

Respondem pela sociedade dois sócios, sendo que somente um deles possui poderes de administrador. A produção é gerenciada por dois gerentes de produção que estão diretamente subordinados ao administrador, sendo que um é responsável pela produção e o outro pelo setor de transporte. Responde pela produção, além do gerente, quatro encarregados pelas máquinas de produção e, subordinados a estes estão os operários de produção em número de 28 (vinte e oito), que efetuam a produção propriamente dita. O outro gerente de produção que responde pelo setor de transportes é responsável pelas aquisições e transporte da matéria-prima até a empresa e pelo escoamento da produção, com frota própria ou de terceiros, tendo como subordinados 02 (dois) motoristas.



Fonte: Dados trabalhados pelos autores.

4.3. RESULTADO UTILIZANDO A APURAÇÃO PELO LUCRO REAL

Analisando os dados da empresa estudada e considerando o regime de tributário de apuração pelo Lucro Real no âmbito federal, e regime Normal de Recolhimento, Regime SIMPLES/PR e Regime de Microempresa/PR, chegou-se aos resultados dos quadros 1 e 2, apresentados nas próximas páginas.

QUADRO 1 - REGIME DE APURAÇÃO PELO LUCRO REAL X REGIME NORMAL DE RECOLHIMENTO, REGIME SIMPLES/PR E REGIME DE MICROEMPRESA/PR - 2001.

COMPONENTES	REGIME NORMAL	SIMPLES/PR	MICROEMPRESA/PR
VENDAS	368.076,04	368.076,04	368.076,04
ESTOQUE INICIAL DE MP	-81.06,00	-81.06,00	-8.106,00
CUSTO DAS MP	-206.926,53	-206.926,53	-206.926,53
ESTOQUE FINAL DAS MP	4.215,00	4.215,00	4.215,00
OUTRAS DESPESAS	-15.438,53	-15.438,53	-15.438,53
SALÁRIOS	-115.244,23	-115.244,23	-115.244,23
INSS	-33.190,34	-33.190,34	-33.190,34
FGTS	-10.567,05	-10.567,05	-10.567,05
IPI	0,00	0,00	0,00
ICMS	-24.021,43	-21.760,51	-163.55,60
PIS	-2.392,49	-2.392,49	-23.92,49
COFINS	-11.042,28	-11.042,28	-11.042,28
CPMF	-1.748,55	-1.748,55	-1.748,55
BC PARA CSLL	-56.386,39	-54.125,47	-48.720,56
CSLL A RECOLHER			
BC PARA IRPJ			
IRPJ A RECOLHER			
BC PARA SIMPLES			
IMPOSTO A PAGAR			
CARGA TRIBUTÁRIA	82.962,14	80.701,22	75.296,31
% SOBRE A RECEITA BRUTA	22,53%	21,92%	20,46%

Fonte: Dados compilados pelos autores

Observando o quadro acima, fazendo a apuração pelo Lucro Real a empresa não apresentaria um bom desempenho no exercício 2001 em nenhuma das simulações efetuadas, a considerar pela alta carga tributária proporcionalmente à sua receita bruta, 22,53% no regime normal de recolhimento, 21,92% no regime SIMPLES/PR e 20,46% no regime de microempresa/PR, não sendo maior ainda porque a empresa apresentou prejuízo, não sendo computado no montante o valor correspondente a CSLL e ao IRPJ.

O valor do ICMS para o regime SIMPLES/PR foi o calculado pelas saídas R\$ 9.092,47 e mais R\$ 12.668,04 pelas entradas de matéria-prima adquirida de produtor

rural (contribuinte não inscrito) e no regime de microempresa/PR, o valor de R\$ 3.687,56 pelas saídas e mais R\$ 12.668,04 pelas entradas adquiridas de produtor.

Em 2002, a empresa apresentou receita bruta maior e o resultado das simulações está apresentado no quadro nº 02:

QUADRO 2 - REGIME DE APURAÇÃO PELO LUCRO REAL X REGIME NORMAL DE RECOLHIMENTO, REGIME SIMPLES/PR E REGIME DE MICROEMPRESA/PR - 2002.

COMPONENTES	REGIME NORMAL	SIMPLES/PR	MICROEMPRESA/PR
VENDAS	682.565,00	682.565,00	682.565,00
ESTOQUE INICIAL DE MP	-4.215,00	-4.215,00	-4.215,00
CUSTO DAS MP	-586.963,00	-586.963,00	-586.963,00
ESTOQUE FINAL DAS MP	172.600,00	172.600,00	172.600,00
OUTRAS DESPESAS	-4.440,00	-4.440,00	-4.440,00
SALÁRIOS	-154.623,80	-154.623,80	-154.623,80
INSS	-44.531,65	-44.531,65	-44.531,65
FGTS	-13.143,02	-13.143,02	-13.143,02
IPI	0,00	0,00	0,00
ICMS	-19.330,75	-23.098,67	-17.429,25
PIS	-4.446,67	-4.446,67	-4.446,67
COFINS	-20.476,96	-20.476,96	-20.476,96
CPMF	-3.129,47	-3.129,47	-3.129,47
BC PARA CSLL	-135,31	-3.903,23	1.766,19
CSLL A RECOLHER			158,96
BC PARA IRPJ			1.766,19
IRPJ A RECOLHER			264,93
CARGA TRIBUTÁRIA	105.058,52	108.826,44	103.580,91
% SOBRE A RECEITA BRUTA	15,39%	15,94%	15,17%

Fonte: Dados compilados pelos autores

Com um volume maior de vendas o percentual da carga tributária em relação à sua receita bruta diminuiu 7,14 pontos percentuais com regime normal de recolhimento, 2,38 pontos percentuais com regime SIMPLES/PR e 5,29 pontos percentuais com regime de microempresa/PR.

O ICMS foi calculado no regime normal de recolhimento aproveitando-se de todos os créditos possíveis (energia elétrica, combustíveis, matéria-prima, etc), no regime SIMPLES/PR o montante R\$ 23.098,67, refere-se à R\$11.134,67 pelas saídas e R\$11.964,00 pelas entradas oriundas de produtor rural e no regime de microempresa/PR o valor do ICMS se refere a R\$ 5.465,25 pelas saídas e mais R\$ 11.964,00 pelas aquisições de produtor rural.

Foram considerados os tributos efetivamente devidos pela empresa. Como a empresa não fez importação nem exportação, tais valores não aparecem nos cálculos, nem o IPI, pois apesar de ser indústria, como vende madeira em bruto, a alíquota é zero, motivo pelo qual o valor do mesmo não aparece nos quadros.

4.4. RESULTADO UTILIZANDO A APURAÇÃO PELO LUCRO PRESUMIDO

Apurando-se pelo Lucro Presumido no âmbito federal e pelo regime normal de recolhimento, pelo regime SIMPLES/PR e regime de microempresa/PR no âmbito estadual o resultados das simulações estão demonstrados nos quadros 3 e 4 das próximas páginas.

Utilizando-se da apuração pelo Lucro Presumido, observa-se resultados piores para a empresa quando comparados à apuração pelo Lucro Real. A carga tributária se mostra mais elevada em quaisquer das simulações.

QUADRO 3 - REGIME DE APURAÇÃO PELO LUCRO PRESUMIDO X REGIME NORMAL DE RECOLHIMENTO, REGIME SIMPLES/PR E REGIME DE MICROEMPRESA/PR - 2001.

COMPONENTES	REGIME NORMAL	SIMPLES/PR	MICROEMPRESA/PR
VENDAS	368.076,04	368.076,04	368.076,04
ESTOQUE INICIAL DE MP	-8.106,00	-8.106,00	-8.106,00
CUSTO DAS MP	-206.926,53	-206.926,53	-206.926,53
ESTOQUE FINAL DAS MP	4.215,00	4.215,00	4.215,00
OUTRAS DESPESAS	-15.438,53	-15.438,53	-15.438,53
SALÁRIOS	-115.244,23	-115.244,23	-115.244,23
INSS	-33.190,34	-33.190,34	-33.190,34
FGTS	-10.567,05	-10.567,05	-10.567,05
IPI	0,00	0,00	0,00
ICMS	-24.021,43	-21.760,51	-16.355,60
PIS	-2.392,49	-2.392,49	-2.392,49
COFINS	-11.042,28	-11.042,28	-11.042,28
CPMF	-1.748,55	-1.748,55	-1.748,55
BC PARA CSLL	-56.386,39	-54.125,48	-48.720,56
CSLL A RECOLHER	-3.975,22	-3.975,22	-3.975,22
IRPJ A RECOLHER	-4.416,91	-4.416,91	-4.416,91
CARGA TRIBUTÁRIA	91.354,27	89.093,35	83.688,44
% SOBRE A RECEITA BRUTA	24,81%	24,20%	22,74%

Fonte: Dados compilados pelos autores.

O ICMS no regime SIMPLES/PR e no regime de microempresa/PR foi calculado pelas saídas, R\$ 9.092,47 e mais R\$ 12.668,04 pelas aquisições de produtor rural e no regime de microempresa R\$ 3.687,56 pelas saídas e mais R\$ 12.668,04 pelas entradas oriundas de produtor rural.

No exercício de 2002, mesmo com a receita maior, apurando-se com o regime de lucro presumido, a empresa apresentaria prejuízo com o regime normal de recolhimento e pelo regime SIMPLES/PR. Ainda assim, a carga tributária em comparação ao ano anterior diminuiu 7,14 pontos percentuais no regime normal de recolhimento, 5,98 pontos percentuais no regime SIMPLES/PR e 5,35 pontos percentuais no regime de microempresa/PR, conforme se observa no quadro nº 04.

QUADRO 4 – REGIME DE APURAÇÃO PELO LUCRO PRESUMIDO X REGIME NORMAL DE RECOLHIMENTO, REGIME SIMPLES/PR E REGIME DE MICROEMPRESA/PR – 2002.

COMPONENTES	REGIME NORMAL	SIMPLES/PR	MICROEMPRESA/PR
VENDAS	682.565,00	682.565,00	682.565,00
ESTOQUE INICIAL DE MP	-4.215,00	-4.215,00	-4.215,00
CUSTO DAS MP	-586.963,00	-586.963,00	-586.963,00
ESTOQUE FINAL DAS MP	172.600,00	172.600,00	172.600,00
OUTRAS DESPESAS	-4.440,00	-4.440,00	-4.440,00
SALÁRIOS	-154.623,80	-154.623,80	-154.623,80
INSS	-44.531,65	-44.531,65	-44.531,65
FGTS	-13.143,02	-13.143,02	-13.143,02
IPI	0,00	0,00	0,00
ICMS	-19.330,75	-23.098,67	-17.429,25
PIS	-4.446,67	-4.446,67	-4.446,67
COFINS	-20.476,96	-20.476,96	-20.476,96
CPMF	-3.129,47	-3.129,47	-3.129,47
BC PARA CSLL	-135,32	-3.903,24	1.766,18
CSLL A RECOLHER	-7.371,70	-7.371,70	-7.371,70
IRPJ A RECOLHER	-8.190,78	-8.190,78	-8.190,78
CARGA TRIBUTÁRIA	120.621,00	124.388,92	118.719,50
% SOBRE A RECEITA BRUTA	17,67%	18,22%	17,39%

Fonte: Dados compilados pelos autores.

4.5. RESULTADO UTILIZANDO A APURAÇÃO PELO REGIME SIMPLES FEDERAL

Apurando-se pelo regime SIMPLES Federal e regime normal de recolhimento, regime SIMPLES/PR e regime de microempresa/PR, observa-se que há uma redução significativa no percentual da carga tributária, porém não foi suficiente para a empresa obter um melhor desempenho, arcando com prejuízo nas três simulações no exercício de 2001, conforme mostra o quadro n.º 05, na próxima página.

O ICMS foi calculado conforme explicado anteriormente.

QUADRO 5 - REGIME DE APURAÇÃO PELO REGIME SIMPLES X REGIME NORMAL DE RECOLHIMENTO, REGIME SIMPLES/PR E REGIME DE MICROEMPRESA/PR - 2001.

COMPONENTES	REGIME NORMAL	SIMPLES/PR	MICROEMPRESA/PR
VENDAS	368.076,04	368.076,04	368.076,04
ESTOQUE INICIAL DE MP	-8.106,00	-8.106,00	-8.106,00
CUSTO DAS MP	-206.926,53	-206.926,53	-206.926,53
ESTOQUE FINAL DAS MP	4.215,00	4.215,00	4.215,00
OUTRAS DESPESAS	-15.438,53	-15.438,53	-15.438,53
SALÁRIOS	-115.244,23	-115.244,23	-115.244,23
INSS			
FGTS	-10.567,05	-10.567,05	-10.567,05
IPI	0,00	0,00	0,00
ICMS	-24.021,43	-21.760,51	-16.355,60
PIS			
COFINS			
CPMF	-1.748,55	-1.748,55	-1.748,55
BC PARA CSLL	-9.761,28	-7.500,36	-2.095,45
IMPOSTO A PAGAR	-15.573,02	-15.573,02	-15.573,02
CARGA TRIBUTÁRIA	51.910,05	49.649,13	44.244,22
% SOBRE A RECEITA BRUTA	14,10%	13,49%	12,02%

Fonte: Dados compilados pelos autores.

Apurando-se pelo mesmo regime, em 2002, os resultados estão no quadro 6:

QUADRO 6 - REGIME DE APURAÇÃO PELO REGIME SIMPLES X REGIME NORMAL DE RECOLHIMENTO, REGIME SIMPLES/PR E REGIME DE MICROEMPRESA/PR - 2002.

COMPONENTES	REGIME NORMAL	SIMPLES/PR	MICROEMPRESA/PR
VENDAS	682.565,00	682.565,00	682.565,00
ESTOQUE INICIAL DE MP	-4.215,00	-4.215,00	-4.215,00
CUSTO DAS MP	-586.963,00	-586.963,00	-586.963,00
ESTOQUE FINAL DAS MP	172.600,00	172.600,00	172.600,00
OUTRAS DESPESAS	-4.440,00	-4.440,00	-4.440,00
SALÁRIOS	-154.623,80	-154.623,80	-154.623,80
INSS			
FGTS	-13.143,02	-13.143,02	-13.143,02
IPI	0,00	0,00	0,00
ICMS	-19.330,75	-23.098,67	-17.429,25
PIS			
COFINS			
CPMF	-3.129,47	-3.129,47	-3.129,47
BC PARA CSLL	69.319,96	65.552,04	71.221,46
IMPOSTO A PAGAR	-28.776,69	-28.776,69	-28.776,69
CARGA TRIBUTÁRIA	64.379,93	68.147,85	62.478,43
% SOBRE A RECEITA BRUTA	9,43%	9,98%	9,15%

Fonte: dados compilados pelos autores

Observa-se no exercício de 2002, quando a empresa apresentou um maior volume de vendas, que a apuração pelo regime SIMPLES Federal foi a mais vantajosa para a mesma, pois a carga tributária foi substancialmente menor em comparação com os outros regimes de apuração.

4.6. RESULTADO UTILIZANDO A APURAÇÃO PELO LUCRO ARBITRADO

Trata-se de um procedimento aplicável pela autoridade tributária que irá arbitrar a base de cálculo, quando a receita for conhecida, utilizando as mesmas bases do lucro presumido ou estimado, com um acréscimo de 20%. Se a receita não for conhecida, a autoridade tributária utilizará a de exercícios anteriores, atualizando-a monetariamente. Desta forma, fica claro que o montante a ser lançado sobre a base de cálculo arbitrada será sempre superior ao que a empresa deveria recolher, não sendo vantajoso para a mesma oferecer as condições para que o fisco adote tal procedimento.

A opção pelo regime de apuração pelo Lucro Arbitrado também pode ser adotada pelas empresas, porém não é usual.

Optou-se por não se calcular o montante do imposto devido por este regime de apuração, uma vez que ficaria prejudicada a apuração dos outros impostos, para fins de comparação. O importante, porém, é se ter a certeza de que este não será o melhor regime tributário para a empresa.

4.7. RESULTADO COMPARATIVO - TODOS OS REGIMES APLICADOS

Compilando os resultados das diversas simulações, no exercício de 2001, se pode constatar que o regime tributário que proporciona melhor resultado para a empresa é o regime SIMPLES Federal combinado com o regime de microempresa/PR. Nas outras simulações utilizando o regime SIMPLES Federal, os resultados obtidos não apresentam diferenças significativas.

Porém, utilizando o regime de Apuração pelo Lucro Real ou pelo Lucro Presumido, em qualquer combinação com os regimes estaduais a diferença apurada é, sem dúvida, muito significativa, representando um desembolso financeiro muito maior quando comparado ao regime SIMPLES Federal.

O resultado do exercício de 2001 da empresa, nos mais diversos regimes está demonstrado no quadro 07.

Quadro nº 07:

	RESULTADO DO EXERCÍCIO 2001		
	REGIME NORMAL	SIMPLES/PR	MICROEMPRESA/PR
LUCRO REAL	(56.386,39)	(54.125,47)	(48.720,56)
LUCRO PRESUMIDO	(64.778,52)	(62.517,61)	(57.112,69)
SIMPLES FEDERAL	(25.334,30)	(23.073,38)	(17.668,47)

Fonte: Resultados trabalhados pelos autores

No quadro 08, está demonstrado qual seria a carga tributária que a empresa deveria desembolsar estando enquadrada nos mais diversos regimes tributários.

Quadro nº 08

	CARGA TRIBUTÁRIA EM 2001		
	REGIME NORMAL	SIMPLES/PR	MICROEMPRESA/PR
LUCRO REAL	82.962,14	80.701,22	75.296,31
LUCRO PRESUMIDO	91.354,27	89.093,35	83.688,44
SIMPLES FEDERAL	51.910,05	49.649,13	44.244,22

Fonte: Dados trabalhados pelos autores

No quadro 09, se observa os percentuais da carga tributária em relação à receita bruta da empresa.

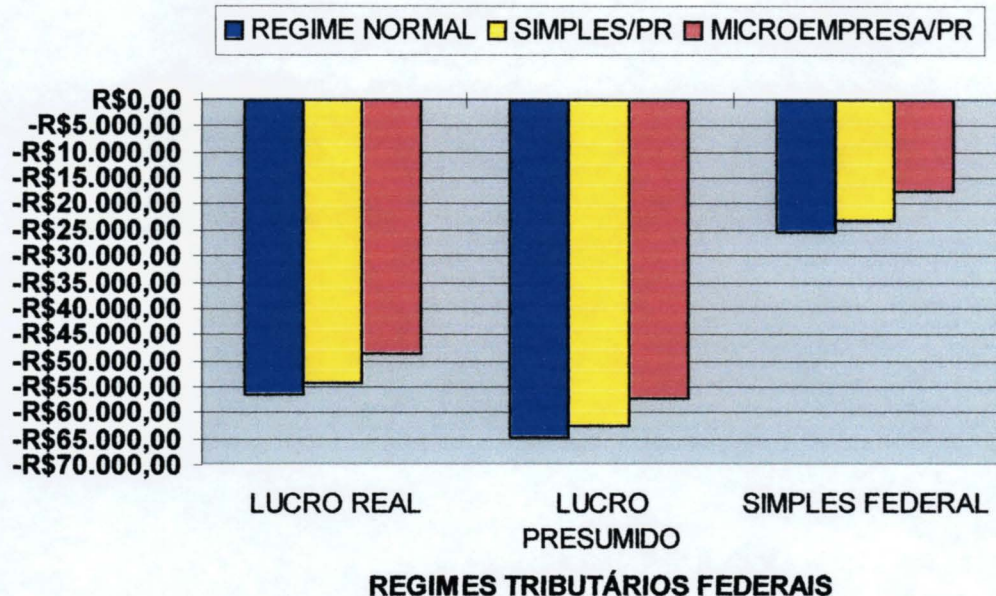
Quadro nº 09

	% DE TRIBUTOS SOBRE A RECEITA BRUTA EM 2001		
	REGIME NORMAL	SIMPLES/PR	MICROEMPRESA/PR
LUCRO REAL	22,53%	21,92%	20,46%
LUCRO PRESUMIDO	24,81%	24,20%	22,74%
SIMPLES FEDERAL	14,10%	13,49%	12,02%

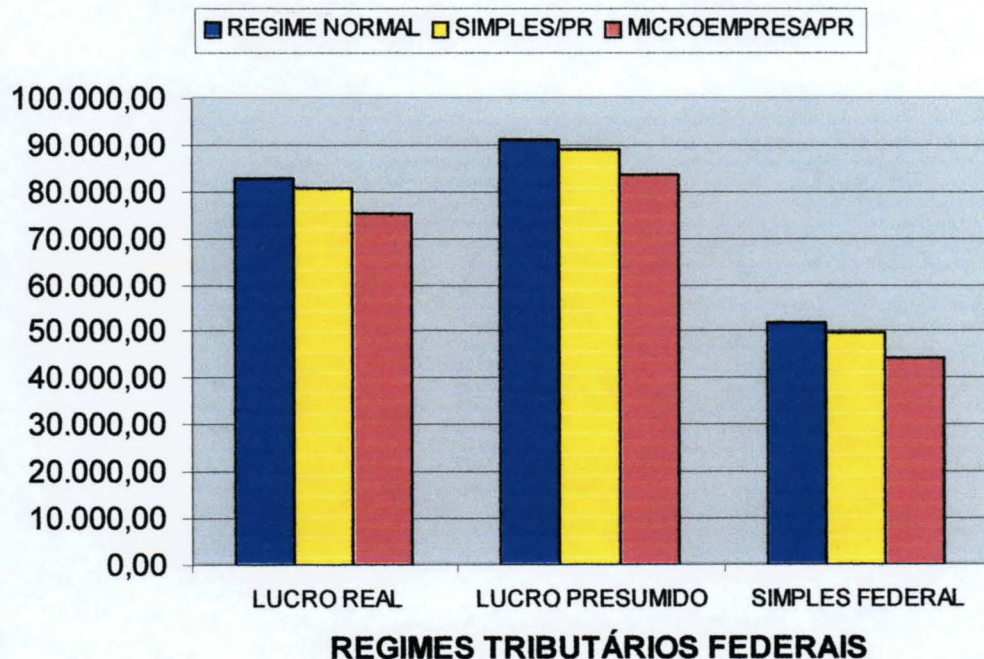
Fonte: Dados trabalhados pelos autores

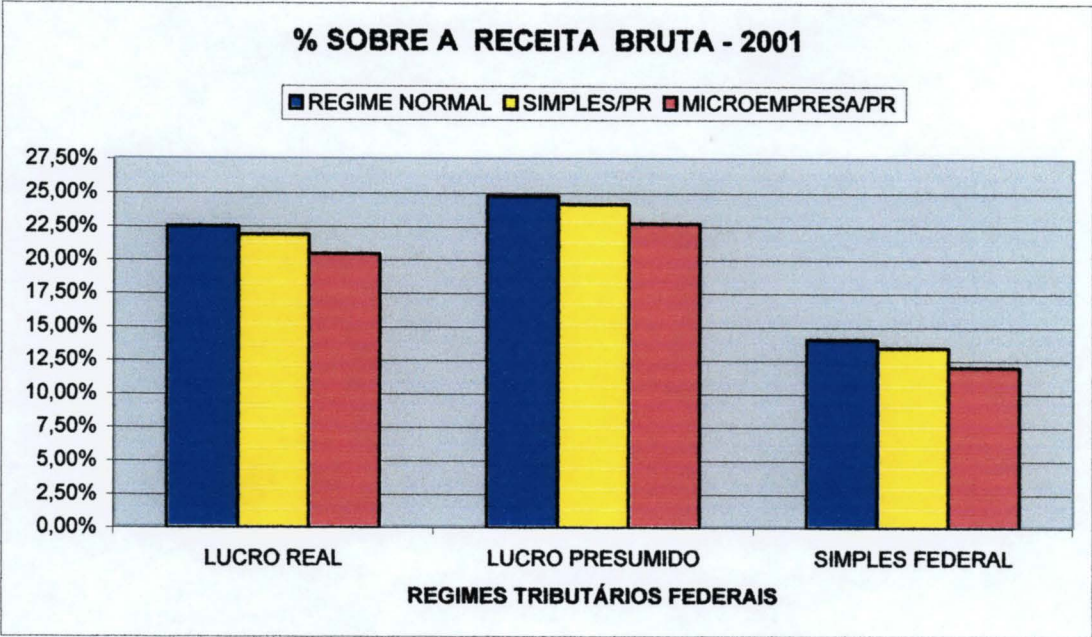
Nas páginas seguintes os resultados dos quadros 07, 08 e 09 estão representados graficamente, para melhor visualização das diferenças entre um e outro regime tributário.

RESULTADO DO EXERCÍCIO - 2001



CARGA TRIBUTÁRIA - 2001





Em 2002, a receita bruta da empresa foi maior e a carga tributária não foi tão elevada quanto em 2001. Observa-se que a empresa apresenta um melhor resultado optando pelo enquadramento no regime SIMPLES Federal e no regime de microempresa/PR.

Na página seguinte, os quadros 10, 11 e 12 evidenciam o resultado do exercício da empresa em 2002 nos regimes estudados, bem como a carga tributária e o percentual de tributos em relação à receita bruta da empresa.

Quadro nº 10

	RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 2002		
	REGIME NORMAL	SIMPLES/PR	MICROEMPRESA/PR
LUCRO REAL	(135,31)	(3.903,23)	1.342,30
LUCRO PRESUMIDO	(15.697,79)	(19.465,71)	(13.796,29)
SIMPLES FEDERAL	40.543,27	36.775,35	42.444,77

Fonte: Dados trabalhados pelos autores

Quadro nº 11

	CARGA TRIBUTÁRIA EM 2002		
	REGIME NORMAL	SIMPLES/PR	MICROEMPRESA/PR
LUCRO REAL	105.058,52	108.826,44	103.580,91
LUCRO PRESUMIDO	120.621,00	124.388,92	118.719,50
SIMPLES FEDERAL	64.379,93	68.147,85	62.478,43

Fonte: Dados trabalhados pelos autores

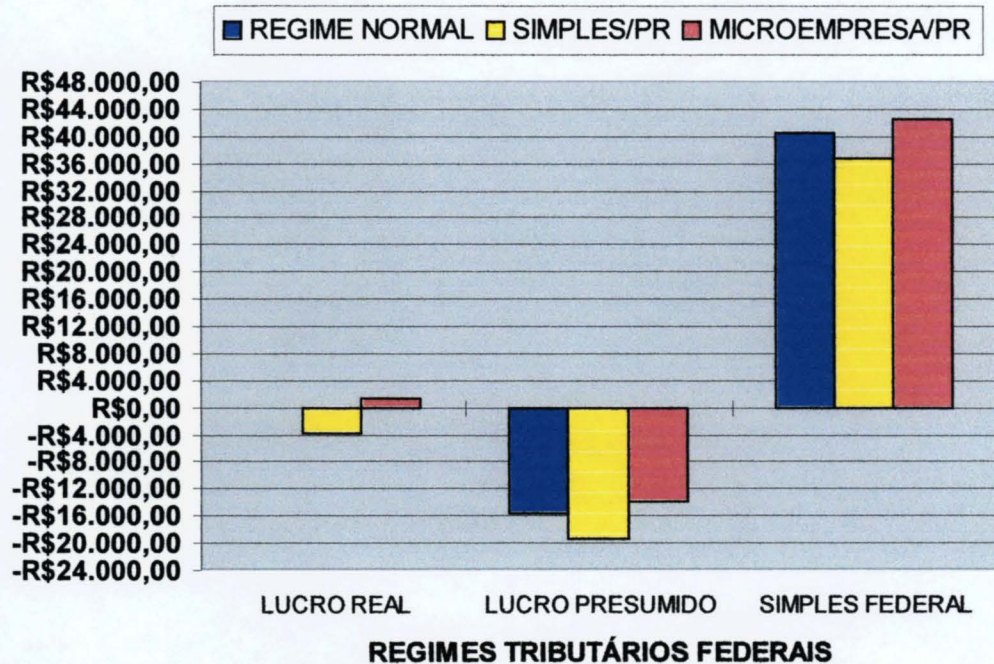
Quadro nº 12

	% DE TRIBUTOS SOBRE A RECEITA BRUTA EM 2002		
	REGIME NORMAL	SIMPLES/PR	MICROEMPRESA/PR
LUCRO REAL	15,39%	15,94%	15,17%
LUCRO PRESUMIDO	17,67%	18,22%	17,39%
SIMPLES FEDERAL	9,43%	9,98%	9,15%

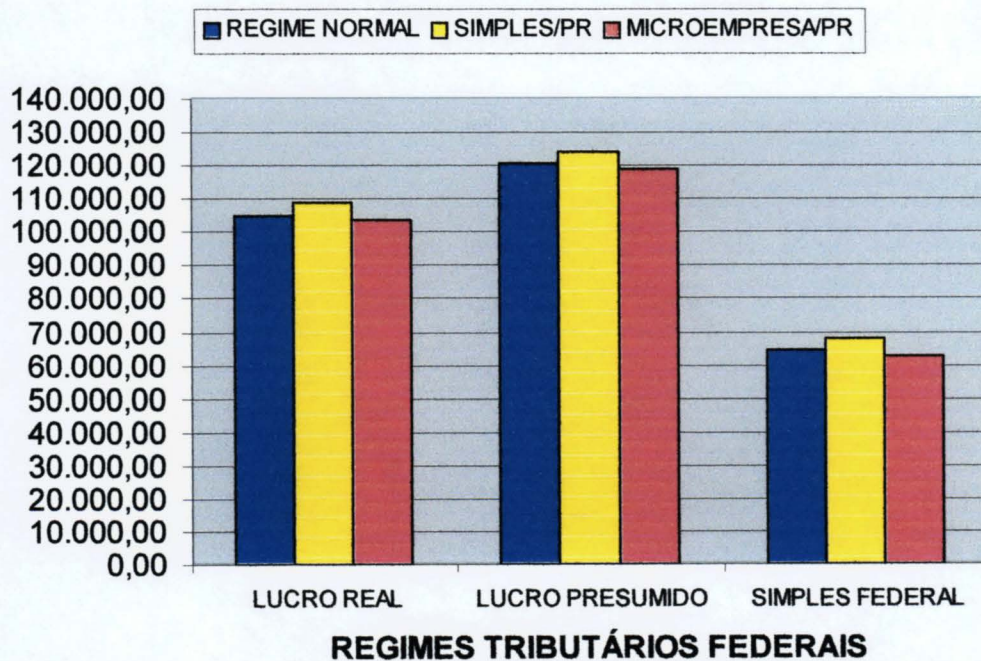
Fonte: Dados trabalhados pelos autores

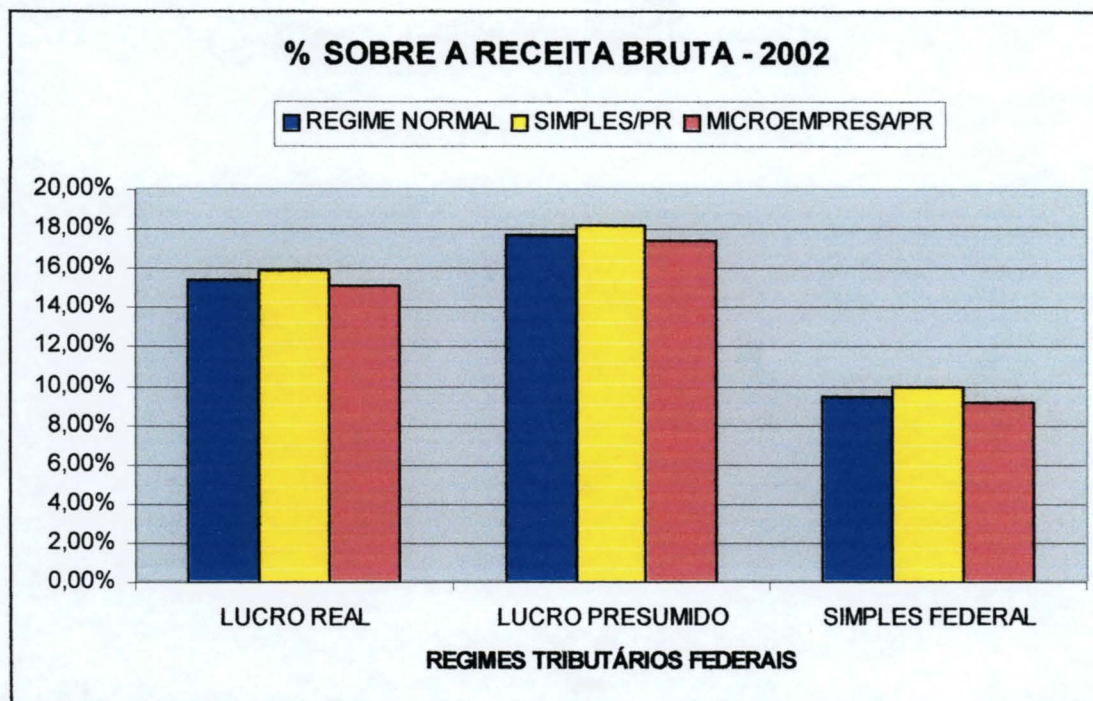
Os dados dos quadros 10, 11 e 12 estão representados graficamente nas páginas seguintes, para maior evidência das diferenças entre os regimes tributários.

RESULTADO DO EXERCÍCIO - 2002



CARGA TRIBUTÁRIA - 2002





4.8. COMENTÁRIOS ADICIONAIS

Conforme se observou nas diversas simulações, a carga tributária das empresas é alta e, no caso da empresa estudada, se apresentou tanto maior quanto menor a receita bruta da mesma, sendo este um fato que acabou por limitar o seu crescimento. A queixa dos empresários faz eco na visão de OLIVEIRA et al (2003, p. 17) "os tributos, sejam eles quais forem, refletem na vida das empresas como um limitador de desenvolvimento; são um entrave nos novos investimentos, principalmente oriundos do exterior".

Ainda OLIVEIRA et al (2002, p. 199) afirma que “a carga tributária no Brasil é extremamente elevada, tanto sobre a pessoa jurídica, como sobre a pessoa física. Além da elevada carga tributária, nosso sistema tributário é um dos mais complexos do mundo. Estes dois fatores penalizam sobremaneira a maioria das empresas e acarretam grandes transtornos para o gerenciamento contábil e financeiro dos impostos e demais tributos”.

Por outro lado, a legislação tributária é muito ampla e complexa, considerando-se a quantidade de tributos (cerca de 58 ao todo) e de obrigações acessórias, necessitando as empresas da constante orientação de profissionais para acompanhar as mudanças e fazer um planejamento tributário, visando melhores resultados e isso, sem dúvida se torna dispendioso para as empresas, sobretudo para as pequenas.

“Sem dúvida, para se obter o melhor resultado numa economia tão instável como a brasileira, um dos instrumentos de suma importância para que as empresas possam racionalizar seus custos sem afrontar as diversas legislações que regem a tributação é o planejamento estratégico tributário”, muito apropriadamente diz OLIVEIRA et al (2002, p. 200).

5. CONCLUSÕES

Estudar um tema complexo como o sistema tributário brasileiro acabou se tornando um desafio para os autores e muito maior quando se procurou aliar a teoria numa situação real de uma empresa, pois apesar de vasta literatura (legislação) sobre o tema, pouca coisa foi encontrada com o enfoque específico do estudo (qual o regime tributário mais vantajoso para uma indústria madeireira de pequeno porte).

Tendo em vista poucos estudos voltados para este ramo específico de atividade, e, estando em atividade na região de Irati diversas empresas do mesmo setor, cujas dificuldades para se manterem no mercado são semelhantes, todas poderão se beneficiar do resultado do presente estudo, o que prova a importância do mesmo.

Os resultados obtidos foram surpreendentes e a partir deles outros poderão aprofundá-los, pois o tema é vasto e inesgotável.

Em relação às simulações com os diversos regimes de apuração, chegou-se a conclusão de que com os dados do exercício de 2001, a melhor opção para a empresa estudada é o regime Simples Federal, combinado com o regime de microempresa/PR. Como em 2001, ainda não estava em vigor o regime de microempresa/PR, a segunda melhor opção em termos de resultados era o regime SIMPLES Federal e SIMPLES/PR. Porém o regime SIMPLES/PR, no exercício de 2001, não permitia o enquadramento de empresas que fizessem o desdobramento de madeira, caso da empresa estudada.

Desta forma, só restava para a empresa, neste exercício, (2001) a opção no âmbito estadual do regime normal de recolhimento.

Em 2002, observa-se que o melhor resultado para a empresa continua sendo a opção pelo regime SIMPLES Federal e pelo regime de microempresa/PR.

Como em 2002 entrou em vigor o regime de microempresa/PR e não impôs impedimento para o enquadramento das indústrias madeireiras, esta é, sem dúvida, a melhor opção para a empresa.

Para o SIMPLES Federal, não há impedimentos para o enquadramento da empresa.

Na apuração do ICMS, observa-se que o valor apurado pelo regime normal de recolhimento no exercício de 2002 é menor do que pelo regime SIMPLES/PR e, nas outras simulações, a diferença é pequena. Isso acontece pelo fato da legislação exigir o recolhimento do ICMS na entrada, por compras de contribuintes não inscritos, nos regimes SIMPLES/PR e microempresa/PR, não sendo exigido no regime normal. Este é um quesito que requer cuidado para a decisão da melhor opção, pois se as aquisições oriundas de produtor rural (contribuinte não inscrito) forem significativas, a melhor opção no âmbito estadual será o regime normal de recolhimento.

Para os autores o estudo contribuiu em muito para alargar seus conhecimentos no tema, serviu também para promover o entendimento de toda a linha de arrecadação dos tributos e saber das dificuldades enfrentadas pela outra ponta do sistema (quem efetivamente repassa os tributos aos cofres públicos).

O resultado da pesquisa levou à reflexão sobre a necessidade do país possuir uma tributação mais justa e simples, que não penalize quem realmente produz, que não tolha o crescimento das pequenas empresas, cuja importância de seu papel social e econômico é salutar para a nação.

Sendo os autores servidores estaduais que trabalham diretamente na arrecadação de tributos, entendem que tão importante quanto arrecadar os tributos é colaborar de todas as formas para promover neste país toda justiça, seja social, econômica ou tributária.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Luciano. **Planejamento Tributário e Evasão. Planejamento Tributário – Teoria e Prática.** São Paulo: Dialética. 1995.

ASSEF, Roberto. **Guia Prático de Formação de Preços.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BETTONI, Jaime. **Gestão e Auditoria Tributária.** Cascavel: UFPR (Apostila distribuída em aula pelo professor), 2002.

BORGES, Humberto Bonavides. **Planejamento Tributário: IPI, ICMS e ISS.** São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL(1). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05/10/1998 – organização de textos, notas remissivas, índices por Juarez de OLIVEIRA. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL(2). **Lei nº 5172 de 25/10/1966. Código Tributário Nacional**, organização de textos, notas remissivas, índices por Juarez de OLIVEIRA. São Paulo: Saraiva, 1994.

BRASIL(3). **Lei 9317/1996.** Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências. DOU 06/12/1996, p. 25973/7.

BRASIL(4). **Lei 9311/1996.** Institui a Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF e dá outras providências. DOU 25/10/1996, p. 21877.

BRASIL(5). **Lei 9539/1997**. Dispõe sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF. DOU 15/12/1997, p. 29950.

BRASIL(6). **Instrução Normativa SRF nº 042/2001**. Dispõe sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF). DOU 02 de maio de 2001.

BRASIL(7). **Manual da Receita Federal – Imposto de Renda Pessoa Jurídica – Perguntas e Respostas**. Brasília – DF, 2003.

CASSONI, Vittorio. **Direito Tributário**. São Paulo: Atlas, 1997.

FRABETTI, Laudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. São Paulo: Atlas, 1999.

FRANÇA, José Antônio de. O impacto da modalidade de tributação no fluxo de caixa das empresas. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Nº 113, ano XXVII, p. 24 a 31, setembro/outubro/1998.

GIL(1), Antonio Carlos. **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL(2), Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 1995.

OLIVEIRA(1), Luis Martins de, et al. **Controladoria Estratégica**. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA(2), Luis Martins de, et al. **Manual de Contabilidade Tributária**. São Paulo: Atlas, 2003.

PARANÁ(1). **Decreto nº 2736/1996**. Aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de

Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS. DOE de 05/12/1996.

PARANÁ(2). **Decreto nº 2953/1997**. Introduz alterações no regulamento do ICMS do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 2736 de 5 de dezembro de 1996. DOE de 17/03/1997.

PARANÁ(3). **Decreto nº 5141/2001**. Aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Intermunicipal e Interestadual e de Comunicação – RICMS. DOE de 13/12/2001, p. 6 – 39.

PARANÁ(4). **Decreto nº 246/2003**. Introduz alterações no regime Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. DOE de 29/01/2003. p 3-4.

PLANEJAMENTO de tributos equilibra despesas. **Revista da Madeira**. V. 12, nº 66, agosto/2002.

SPOLADOR JUNIOR, Antônio, OLIVEIRA, Francisco Xavier de. **ICMS no Estado do Paraná Anotado**. Curitiba: Cenofisco, 2003.

www.receita.fazenda.gov.br/srf.www/PessoaJurídica/SIMPLES/PJ2002PergResp, 20/11/2002.

www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJurídica/PisPasepCofins/origem.htm, 03/07/2003.

www.tem.gov.br/Temas/FGTS/Oquee/Conteudo/1128-1130.asp? 17/07/2003.

www.abrapi.org.br/noticias/index.asp?c=1067. 23/02/2004

7. ANEXOS

**ANEXO I. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DA EMPRESA
ESTUDADA EM 2001 E 2002, UTILIZANDO CADA UM DOS REGIMES TRIBUTÁRIOS
E SUAS POSSÍVEIS COMBINAÇÕES.**

EMPRESA ESTUDADA		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2001		EM R\$
LUCRO REAL E REGIME NORMAL DE RECOLHIMENTO				
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
1.1 Venda de Mercadorias				368.076,04
1.2 Descontos Obtidos				0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS				
2.1 PIS sobre faturamento	-2392,49			
2.2 COFINS sobre vendas	-11042,28			
2.3 Contribuição Social	0			
2.4 Imposto de Renda	0			
2.5 ICMS sobre vendas	-24021,43			
2.6 SIMPLES	0	-37456,20		
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				330.619,84
4. CUSTOS OPERACIONAIS				
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados	-8106,00			
4.2 Custo da Matéria Prima	-206926,53			
4.3 Estoque Final de Produtos Acabados	4215,00	-210817,53		
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO				119.802,31
6. DESPESAS OPERACIONAIS				
6.1 Com Pessoal	-159001,62			
6.2 Administrativas	-1632,00			
6.3 Financeiras	-13806,53			
6.4 CPMF	-1748,55	-176188,70		
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL				(56.386,39)
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS				
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS				
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS				(56.386,39)
12. PROVISÃO PARA A CS				
13.RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR				
14.PROVISÃO PARA IR				
15.RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR				(56.386,39)
16.LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				(56.386,39)

EMPRESA ESTUDADA		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2001		EM R\$
LUCRO PRESUMIDO E REGIME NORMAL DE RECOLHIMENTO				
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
1.1 Venda de Mercadorias				368.076,04
1.2 Descontos Obtidos				0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS				
2.1 PIS sobre faturamento	-2392,49			
2.2 COFINS sobre vendas	-11042,28			
2.3 Contribuição Social	-3975,22			
2.4 Imposto de Renda	-4416,91			
2.5 ICMS sobre vendas	-24021,43			
2.6 SIMPLES	0	-45848,33		
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				322.227,71
4. CUSTOS OPERACIONAIS				
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados	-8106,00			
4.2 Custo da Matéria Prima	-206926,53			
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados	4215,00	-210817,53		
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO				111.410,18
6. DESPESAS OPERACIONAIS				
6.1 Com Pessoal	-159001,62			
6.2 Administrativas	-1632,00			
6.3 Financeiras	-13806,53			
6.4 CPMF	-1748,55	-176188,70		
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL				(64.778,52)
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS				
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS				
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS				(64.778,52)
12. PROVISÃO PARA A CS				
13.RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR				
14.PROVISÃO PARA IR				
15.RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR				(64.778,52)
16.LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				(64.778,52)

EMPRESA ESTUDADA		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2001		EM R\$
REGIME SIMPLES FEDERAL E REGIME NORMAL DE RECOLHIMENTO				
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
1.1 Venda de Mercadorias				368.076,04
1.2 Descontos Obtidos				0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS				
2.1 PIS sobre faturamento	0			
2.2 COFINS sobre vendas	0			
2.3 Contribuição Social	0			
2.4 Imposto de Renda	0			
2.5 ICMS sobre vendas	-24021,43			
2.6 SIMPLES	-15573,02	-39594,45		
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				
				328.481,59
4. CUSTOS OPERACIONAIS				
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados	-8106,00			
4.2 Custo da Matéria Prima	-206926,53			
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados	4215,00	-210817,53		
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO				
				117.664,06
6. DESPESAS OPERACIONAIS				
6.1 Com Pessoal	-125811,28			
6.2 Administrativas	-1632,00			
6.3 Financeiras	-13806,53			
6.4 CPMF	-1748,55	-142998,36		
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL				
				(25.334,30)
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS				
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS				
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS				
				(25.334,30)
12. PROVISÃO PARA A CS				
13.RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR				
14.PROVISÃO PARA IR				
15.RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR				
				(25.334,30)
16.LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				
				(25.334,30)

EMPRESA ESTUDADA		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2001		EM R\$
LUCRO REAL E REGIME SIMPLES/PR				
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
1.1 Venda de Mercadorias				368.076,04
1.2 Descontos Obtidos				0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS				
2.1 PIS sobre faturamento				-2392,49
2.2 COFINS sobre vendas				-11042,28
2.3 Contribuição Social				0
2.4 Imposto de Renda				0
2.5 ICMS sobre vendas				-21760,51
2.6 SIMPLES				0 -35195,28
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				332.880,76
4. CUSTOS OPERACIONAIS				
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados				-8106,00
4.2 Custo da Matéria Prima				-206926,53
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados				4215,00 -210817,53
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO				122.063,23
6. DESPESAS OPERACIONAIS				
6.1 Com Pessoal				-159001,62
6.2 Administrativas				-1632,00
6.3 Financeiras				-13806,53
6.4 CPMF				-1748,55 -176188,70
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL				(54.125,47)
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS				
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS				
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS				(54.125,47)
12. PROVISÃO PARA A CS				
13.RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR				
14.PROVISÃO PARA IR				
15.RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR				(54.125,47)
16.LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				(54.125,47)

EMPRESA ESTUDADA		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2001		EM R\$
LUCRO PRESUMIDO E REGIME SIMPLES/PR				
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
1.1 Venda de Mercadorias				368.076,04
1.2 Descontos Obtidos				0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS				
2.1 PIS sobre faturamento	-2392,49			
2.2 COFINS sobre vendas	-11042,28			
2.3 Contribuição Social	-3975,22			
2.4 Imposto de Renda	-4416,91			
2.5 ICMS sobre vendas	-21760,51			
2.6 SIMPLES	0	-43587,41		
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				324.488,63
4. CUSTOS OPERACIONAIS				
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados	-8106,00			
4.2 Custo da Matéria Prima	-206926,53			
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados	4215,00	-210817,53		
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO				113.671,10
6. DESPESAS OPERACIONAIS				
6.1 Com Pessoal	-159001,62			
6.2 Administrativas	-1632,00			
6.3 Financeiras	-13806,53			
6.4 CPMF	-1748,55	-176188,70		
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL				(62.517,60)
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS				
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS				
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS				(62.517,60)
12. PROVISÃO PARA A CS				
13. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR				
14. PROVISÃO PARA IR				
15. RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR				(62.517,60)
16. LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				(62.517,60)

EMPRESA ESTUDADA		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2001		EM R\$
REGIME SIMPLES FEDERAL E REGIME SIMPLES/PR				
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
1.1 Venda de Mercadorias				368.076,04
1.2 Descontos Obtidos				0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS				
2.1 PIS sobre faturamento				0
2.2 COFINS sobre vendas				0
2.3 Contribuição Social				0
2.4 Imposto de Renda				0
2.5 ICMS sobre vendas				-21760,51
2.6 SIMPLES				-15573,02
				-37333,53
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				330.742,51
4. CUSTOS OPERACIONAIS				
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados				-8106,00
4.2 Custo da Matéria Prima				-206926,53
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados				4215,00
				-210817,53
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO				119.924,98
6. DESPESAS OPERACIONAIS				
6.1 Com Pessoal				-125811,28
6.2 Administrativas				-1632,00
6.3 Financeiras				-13806,53
6.4 CPMF				-1748,55
				-142998,36
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL				(23.073,38)
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS				
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS				
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS				(23.073,38)
12. PROVISÃO PARA A CS				
13.RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR				
14.PROVISÃO PARA IR				
15.RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR				(23.073,38)
16.LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				(23.073,38)

EMPRESA ESTUDADA			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2001		EM R\$
LUCRO REAL E REGIME DE MICROEMPRESA/PR					
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
1.1 Venda de Mercadorias					368.076,04
1.2 Descontos Obtidos					0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS					
2.1 PIS sobre faturamento			-2392,49		
2.2 COFINS sobre vendas			-11042,28		
2.3 Contribuição Social			0		
2.4 Imposto de Renda			0		
2.5 ICMS sobre vendas			-16355,60		
2.6 SIMPLES			0		-29790,37
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					338.285,67
4. CUSTOS OPERACIONAIS					
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados			-8106,00		
4.2 Custo da Matéria Prima			-206926,53		
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados			4215,00		-210817,53
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO					127.468,14
6. DESPESAS OPERACIONAIS					
6.1 Com Pessoal			-159001,62		
6.2 Administrativas			-1632,00		
6.3 Financeiras			-13806,53		
6.4 CPMF			-1748,55		-176188,70
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL					(48.720,56)
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS					
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS					
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS					
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS					(48.720,56)
12. PROVISÃO PARA A CS					
13.RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR					
14.PROVISÃO PARA IR					
15.RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR					(48.720,56)
16.LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO					(48.720,56)

EMPRESA ESTUDADA			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2001			EM R\$
LUCRO PRESUMIDO E REGIME DE MICROEMPRESA/PR			
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
1.1 Venda de Mercadorias			368.076,04
1.2 Descontos Obtidos			0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS			
2.1 PIS sobre faturamento	-2392,49		
2.2 COFINS sobre vendas	-11042,28		
2.3 Contribuição Social	-3975,22		
2.4 Imposto de Renda	-4416,91		
2.5 ICMS sobre vendas	-16355,6		
2.6 SIMPLES	0	-38182,50	
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			329.893,54
4. CUSTOS OPERACIONAIS			
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados	-8106,00		
4.2 Custo da Matéria Prima	-206926,53		
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados	4215,00	-210817,53	
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO			119.076,01
6. DESPESAS OPERACIONAIS			
6.1 Com Pessoal	-159001,62		
6.2 Administrativas	-1632,00		
6.3 Financeiras	-13806,53		
6.4 CPMF	-1748,55	-176188,70	
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL			(57.112,69)
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS			
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS			
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS			
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS			(57.112,69)
12. PROVISÃO PARA A CS			
13. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR			
14. PROVISÃO PARA IR			
15. RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR			(57.112,69)
16. LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			(57.112,69)

EMPRESA ESTUDADA		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2001		EM R\$
REGIME SIMPLES FEDERAL E REGIME DE MICROEMPRESA/PR				
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
1.1 Venda de Mercadorias				368.076,04
1.2 Descontos Obtidos				0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS				
2.1 PIS sobre faturamento		0		
2.2 COFINS sobre vendas		0		
2.3 Contribuição Social		0		
2.4 Imposto de Renda		0		
2.5 ICMS sobre vendas		-16355,60		
2.6 SIMPLES		-15573,02	-31928,62	
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				336.147,42
4. CUSTOS OPERACIONAIS				
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados		-8106,00		
4.2 Custo da Matéria Prima		-206926,53		
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados		4215,00	-210817,53	
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO				125.329,89
6. DESPESAS OPERACIONAIS				
6.1 Com Pessoal		-125811,28		
6.2 Administrativas		-1632,00		
6.3 Financeiras		-13806,53		
6.4 CPMF		-1748,55	-142998,36	
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL				(17.668,47)
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS				
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS				
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS				(17.668,47)
12. PROVISÃO PARA A CS				
13.RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR				
14.PROVISÃO PARA IR				
15.RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR				(17.668,47)
16.LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				(17.668,47)

EMPRESA ESTUDADA		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2002		EM R\$
LUCRO REAL E REGIME NORMAL DE RECOLHIMENTO				
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
1.1 Venda de Mercadorias				682565,00
1.2 Descontos Obtidos				0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS				
2.1 PIS sobre faturamento				-4446,67
2.2 COFINS sobre vendas				-20476,95
2.3 Contribuição Social				0
2.4 Imposto de Renda				0
2.5 ICMS sobre vendas				-19330,75
2.6 SIMPLES				0 -44254,37
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				638310,63
4. CUSTOS OPERACIONAIS				
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados				-4215,00
4.2 Custo da Matéria Prima				-586963,00
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados				172600,00 -418578,00
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO				219732,63
6. DESPESAS OPERACIONAIS				
6.1 Com Pessoal				-212298,47
6.2 Administrativas				-4440,00
6.3 Financeiras				0
6.4 CPMF				-3129,47 -219867,94
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL				-135,31
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS				
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS				
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS				-135,31
12. PROVISÃO PARA A CS				
13.RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR				
14.PROVISÃO PARA IR				
15.RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR				-135,31
16.LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				-135,31

EMPRESA ESTUDADA		EM R\$	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2002			
LUCRO PRESUMIDO E REGIME NORMAL DE RECOLHIMENTO			
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
1.1 Venda de Mercadorias			682565,00
1.2 Descontos Obtidos			0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS			
2.1 PIS sobre faturamento	-4446,67		
2.2 COFINS sobre vendas	-20476,95		
2.3 Contribuição Social	-7371,70		
2.4 Imposto de Renda	-8190,78		
2.5 ICMS sobre vendas	-19330,75		
2.6 SIMPLES	0	-59816,85	
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			622748,15
4. CUSTOS OPERACIONAIS			
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados	-4215,00		
4.2 Custo da Matéria Prima	-586963,00		
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados	172600,00	-418578,00	
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO			204170,15
6. DESPESAS OPERACIONAIS			
6.1 Com Pessoal	-212298,47		
6.2 Administrativas	-4440,00		
6.3 Financeiras	0		
6.4 CPMF	-3129,47	-219867,94	
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL			-15697,79
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS			
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS			
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS			
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS			-15697,79
12. PROVISÃO PARA A CS			
13. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR			
14. PROVISÃO PARA IR			
15. RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR			-15697,79
16. LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			-15697,79

EMPRESA ESTUDADA		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2002		EM R\$
REGIME SIMPLES FEDERAL E REGIME NORMAL DE RECOLHIMENTO		
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
1.1 Venda de Mercadorias		682565,00
1.2 Descontos Obtidos		0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS		
2.1 PIS sobre faturamento	0	
2.2 COFINS sobre vendas	0	
2.3 Contribuição Social	0	
2.4 Imposto de Renda	0	
2.5 ICMS sobre vendas	-19330,75	
2.6 SIMPLES	-28776,69	-48107,44
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		634457,56
4. CUSTOS OPERACIONAIS		
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados	-4215,00	
4.2 Custo da Matéria Prima	-586963,00	
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados	172600,00	-418578,00
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO		215879,56
6. DESPESAS OPERACIONAIS		
6.1 Com Pessoal	-167766,82	
6.2 Administrativas	-4440,00	
6.3 Financeiras	0	
6.4 CPMF	-3129,47	-175336,29
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		40543,27
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS		
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS		40543,27
12. PROVISÃO PARA A CS		
13. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR		40543,27
14. PROVISÃO PARA IR		
15. RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR		40543,27
16. LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		40543,27

EMPRESA ESTUDADA		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2002		EM R\$
LUCRO REAL E REGIME SIMPLES/PR				
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
1.1 Venda de Mercadorias				682565,00
1.2 Descontos Obtidos				0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS				
2.1 PIS sobre faturamento	-4446,67			
2.2 COFINS sobre vendas	-20476,95			
2.3 Contribuição Social	0			
2.4 Imposto de Renda	0			
2.5 ICMS sobre vendas	-23098,67			
2.6 SIMPLES	0	-48022,29		
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				
				634542,71
4. CUSTOS OPERACIONAIS				
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados	-4215,00			
4.2 Custo da Matéria Prima	-586963,00			
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados	172600,00	-418578,00		
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO				
				215964,71
6. DESPESAS OPERACIONAIS				
6.1 Com Pessoal	-212298,47			
6.2 Administrativas	-4440,00			
6.3 Financeiras	0			
6.4 CPMF	-3129,47	-219867,94		
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL				
				-3903,23
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS				
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS				
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS				
				-3903,23
12. PROVISÃO PARA A CS				
13.RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR				
14.PROVISÃO PARA IR				
15.RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR				
				-3903,23
16.LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				
				-3903,23

EMPRESA ESTUDADA		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2002		EM R\$
LUCRO PRESUMIDO E REGIME SIMPLES/PR				
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
1.1 Venda de Mercadorias				682565,00
1.2 Descontos Obtidos				0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS				
2.1 PIS sobre faturamento	-4446,67			
2.2 COFINS sobre vendas	-20476,95			
2.3 Contribuição Social	-7371,70			
2.4 Imposto de Renda	-8190,78			
2.5 ICMS sobre vendas	-23098,67			
2.6 SIMPLES	0	-63584,77		
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				
				618980,23
4. CUSTOS OPERACIONAIS				
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados	-4215,00			
4.2 Custo da Matéria Prima	-586963,00			
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados	172600,00	-418578,00		
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO				
				200402,23
6. DESPESAS OPERACIONAIS				
6.1 Com Pessoal	-212298,47			
6.2 Administrativas	-4440,00			
6.3 Financeiras	0			
6.4 CPMF	-3129,47	-219867,94		
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL				
				-19465,71
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS				
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS				
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS				
				-19465,71
12. PROVISÃO PARA A CS				
13.RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR				
14.PROVISÃO PARA IR				
15.RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR				
				-19465,71
16.LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				
				-19465,71

EMPRESA ESTUDADA		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2002		EM R\$
REGIME SIMPLES FEDERAL E REGIME SIMPLES/PR				
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
1.1 Venda de Mercadorias				682565,00
1.2 Descontos Obtidos				0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS				
2.1 PIS sobre faturamento	0			
2.2 COFINS sobre vendas	0			
2.3 Contribuição Social	0			
2.4 Imposto de Renda	0			
2.5 ICMS sobre vendas	-23098,67			
2.6 SIMPLES	-28776,69	-51875,36		
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				
				630689,64
4. CUSTOS OPERACIONAIS				
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados	-4215,00			
4.2 Custo da Matéria Prima	-586963,00			
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados	172600,00	-418578,00		
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO				
				212111,64
6. DESPESAS OPERACIONAIS				
6.1 Com Pessoal	-167766,82			
6.2 Administrativas	-4440,00			
6.3 Financeiras	0			
6.4 CPMF	-3129,47	-175336,29		
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL				
				36775,35
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS				
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS				
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS				
				36775,35
12. PROVISÃO PARA A CS				
13. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR				
				36775,35
14. PROVISÃO PARA IR				
15. RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR				
				36775,35
16. LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				
				36775,35

EMPRESA ESTUDADA		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2002		EM R\$
LUCRO REAL E REGIME DE MICROEMPRESA/PR				
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
1.1 Venda de Mercadorias				682565,00
1.2 Descontos Obtidos				0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS				
2.1 PIS sobre faturamento	-4446,67			
2.2 COFINS sobre vendas	-20476,96			
2.3 Contribuição Social	0			
2.4 Imposto de Renda	0			
2.5 ICMS sobre vendas	-17429,25			
2.6 SIMPLES	0	-42352,88		
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				
				640212,12
4. CUSTOS OPERACIONAIS				
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados	-4215,00			
4.2 Custo da Matéria Prima	-586963,00			
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados	172600,00	-418578,00		
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO				
				221634,12
6. DESPESAS OPERACIONAIS				
6.1 Com Pessoal	-212298,47			
6.2 Administrativas	-4440,00			
6.3 Financeiras	0			
6.4 CPMF	-3129,47	-219867,94		
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL				
				1766,18
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS				
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS				
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS				1766,18
12. PROVISÃO PARA A CS				158,96
13.RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR				1607,22
14.PROVISÃO PARA IR				264,93
15.RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR				1342,30
16.LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				1342,30

EMPRESA ESTUDADA		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2002		EM R\$
LUCRO PRESUMIDO E REGIME DE MICROEMPRESA/PR				
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
1.1 Venda de Mercadorias				682565,00
1.2 Descontos Obtidos				0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS				
2.1 PIS sobre faturamento	-4446,67			
2.2 COFINS sobre vendas	-20476,95			
2.3 Contribuição Social	-7371,70			
2.4 Imposto de Renda	-8190,78			
2.5 ICMS sobre vendas	-17429,25			
2.6 SIMPLES	0	-57915,35		
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				
				624649,65
4. CUSTOS OPERACIONAIS				
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados	-4215,00			
4.2 Custo da Matéria Prima	-586963,00			
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados	172600,00	-418578,00		
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO				
				206071,65
6. DESPESAS OPERACIONAIS				
6.1 Com Pessoal	-212298,47			
6.2 Administrativas	-4440,00			
6.3 Financeiras	0			
6.4 CPMF	-3129,47	-219867,94		
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL				
				-13796,29
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS				
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS				
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS				
				-13796,29
12. PROVISÃO PARA A CS				
13.RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR				
14.PROVISÃO PARA IR				
15.RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR				
				-13796,29
16.LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				
				-13796,29

EMPRESA ESTUDADA		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE - 2002		EM R\$
REGIME SIMPLES FEDERAL E REGIME DE MICROEMPRESA/PR				
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
1.1 Venda de Mercadorias				682565,00
1.2 Descontos Obtidos				0
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS				
2.1 PIS sobre faturamento				0
2.2 COFINS sobre vendas				0
2.3 Contribuição Social				0
2.4 Imposto de Renda				0
2.5 ICMS sobre vendas				-17429,25
2.6 SIMPLES				-28776,69 -46205,94
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				636359,06
4. CUSTOS OPERACIONAIS				
4.1 Estoque Inicial de Produtos Acabados				-4215,00
4.2 Custo da Matéria Prima				-586963,00
4.4 Estoque Final de Produtos Acabados				172600,00 -418578,00
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO				217781,06
6. DESPESAS OPERACIONAIS				
6.1 Com Pessoal				-167766,82
6.2 Administrativas				-4440,00
6.3 Financeiras				0
6.4 CPMF				-3129,47 -175336,29
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL				42444,77
8. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
9. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS				
10. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS				
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CS				42444,77
12. PROVISÃO PARA A CS				
13.RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO DO IR				
14.PROVISÃO PARA IR				
15.RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR				0,00
16.LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				42444,77

**ANEXO II. LEI FEDERAL Nº 9317 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1996 QUE CRIA O
REGIME SIMPLES FEDERAL**

Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES"

LEI nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996

DOU de 06/12/96, pág. 25.973/7

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei regula, em conformidade com o disposto no art. 179 da Constituição, o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às microempresas e as empresas de pequeno porte, relativo aos impostos e às contribuições que menciona.

Capítulo II

Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Seção Única

Da Definição

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - Alterado pelo art. 3º da Lei nº 9.732/98
empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

§ 1º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, os limites de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Capítulo III

Do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES

Seção I

Da Definição e da Abrangência

Art. 3º A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, na forma do art. 2º, poderá optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

§ 1º A inscrição no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;
- b) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS;
- e) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;
- f) Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996.

§ 2º O pagamento na forma do parágrafo anterior não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

- a) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;
- b) Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros - II;
- c) Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;
- d) Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;
- e) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;
- f) Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF;
- g) Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- h) Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao empregado.

§ 3º A incidência do imposto de renda na fonte relativa aos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável e aos ganhos de capital, na hipótese da alínea "d" do parágrafo anterior, será definida.

§ 4º A inscrição no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União.

Art. 4º Alterado pelo art. 3º da Lei nº 9.732/98

O SIMPLES poderá incluir o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS ou o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS devido por microempresas e empresa de pequeno porte, desde que a Unidade Federada ou o município em que esteja estabelecida venha a ele aderir mediante convênio.

§ 1º Os convênios serão bilaterais e terão como partes a União, representada pela Secretaria da Receita Federal, e a Unidade Federada ou o município, podendo limitar-se à hipótese de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

§ 2º O convênio entrará em vigor a partir do terceiro mês subsequente ao da publicação, no Diário Oficial da União, de seu extrato.

§ 3º Denunciado o convênio, por qualquer das partes, a exclusão do ICMS ou do ISS do SIMPLES somente produzirá efeito a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da sua denúncia.

Seção II

Do Recolhimento e dos Percentuais

Art. 5º Alterado pelo art. 3º da Lei nº 9.732/98

O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta mensal auferida, dos seguintes percentuais:

I - para a microempresa, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

- a) até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais): 3% (três por cento);
- b) de R\$ 60.000,01 (sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais): 4% (quatro por cento);
- c) de R\$ 90.000,01 (noventa mil reais e um centavo) a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais): 5% (cinco por cento);

II - para a empresa de pequeno porte, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário;

- a) até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais): 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento);
- b) de R\$ 240.000,01 (duzentos e quarenta mil reais e um centavo) a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais): 5,8% (cinco inteiros e oito décimos por cento);
- c) de R\$ 360.000,01 (trezentos e sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais): 6,2% (seis inteiros e dois décimos por cento);
- d) de R\$ 480.000,01 (quatrocentos e oitenta mil reais e um centavo) a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais): 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento);
- e) de R\$ 600.000,01 (seiscentos mil reais e um centavo) a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais): 7% (sete por cento).

§ 1º O percentual a ser aplicado em cada mês, na forma deste artigo, será o correspondente à receita bruta acumulada até o próprio mês.

§ 2º No caso de pessoa jurídica contribuinte do IPI, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos de 0,5 (meio) ponto percentual.

§ 3º Caso a Unidade Federada em que esteja estabelecida a microempresa ou a empresa de pequeno porte tenha celebrado convênio com a União, nos termos do art. 4º, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos, a título de pagamento do ICMS, observado o disposto no respectivo convênio:

I - em relação a microempresa contribuinte exclusivamente do ICMS: de até 1(um) ponto percentual;

II - em relação a microempresa contribuinte do ICMS e do ISS: de até 0,5 (meio) ponto percentual;

III - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte exclusivamente do ICMS de até 2,5 (dois e meio) pontos percentuais;

IV - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte do ICMS e do ISS: de até 2 (dois) pontos percentuais;

§ 4º Caso o município em que esteja estabelecida a microempresa ou a empresa de pequeno porte tenha celebrado convênio com a União, nos termos do art. 4º, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos, a título de pagamento do ISS, observado o disposto no respectivo convênio:

I - em relação a microempresa contribuinte exclusivamente do ISS: de até 1 (um) ponto percentual.

II - em relação a microempresa contribuinte do ISS e do ICMS: de até 0,5 (meio) ponto percentual;

III - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte exclusivamente do ISS: de até 2,5 (dois e meio) pontos percentuais.

IV - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte do ISS e do ICMS: de até 0,5 (meio) ponto percentual.

§ 5º A inscrição no SIMPLES veda, para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, bem assim a apropriação ou a transferência de créditos relativos ao IPI e ao ICMS.

§ 6º O disposto no parágrafo anterior não se aplica relativamente ao ICMS, caso a Unidade Federada em que esteja localizada a microempresa ou a empresa de pequeno porte não tenha aderido ao SIMPLES, nos termos do art. 4º.

Seção III

Da Data e Forma de Pagamento

Art. 6º O pagamento unificado de impostos e contribuições, devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será feito de forma centralizada, até o décimo dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, a Secretaria da Receita Federal instituirá documento de arrecadação único e específico (DARF-SIMPLES).

§ 2º Os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES não poderão ser objeto de parcelamento.

Seção IV

Da Declaração Anual Simplificada, da Escrituração e dos Documentos

Art. 7º A microempresa e a empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES apresentarão, anualmente, declaração simplificada que será entregue até o último dia útil do mês de maio do ano-calendário subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores dos impostos e contribuições de que tratam os arts. 3º e 4º.

§ 1º A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de escrituração comercial desde que mantenham, em boa ordem e guarda e enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes:

- a) Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira, inclusive bancária;
- b) Livro de Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano-calendário;
- c) todos os documentos e demais papéis que serviram de base para a escrituração dos livros referidos nas alíneas anteriores.

§ 2º O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento, por parte da microempresa e empresa de pequeno porte, das obrigações acessórias previstas na legislação previdenciária e trabalhista.

Capítulo IV

Da opção pelo SIMPLES

Art. 8º A opção pelo SIMPLES dar-se-á mediante a inscrição da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda-CGC/MF, quando o contribuinte prestará todas as informações necessárias, inclusive quanto:

- I - especificação dos impostos, dos quais é contribuinte (IPI, ICMS ou ISS);
- II - ao porte da pessoa jurídica (microempresa ou empresa de pequeno porte).

§ 1º As pessoas jurídicas já devidamente cadastradas no CGC/MF exercerão sua opção pelo SIMPLES mediante alteração cadastral.

§ 2º A opção exercida de conformidade com este artigo submeterá a pessoa jurídica à sistemática do SIMPLES a partir do primeiro dia do ano-calendário subsequente, sendo definitiva para todo o período.

§ 3º Excepcionalmente, no ano-calendário de 1997, a opção poderá ser efetuada até 31 de março, com efeitos a partir de 1º de janeiro daquele ano.

§ 4º O prazo para a opção a que se refere o parágrafo anterior poderá ser prorrogado por ato da Secretaria da Receita Federal.

§ 5º As pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES deverão manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que esclareça tratar-se de microempresa ou empresa de pequeno porte inscrita no SIMPLES.

Capítulo V

Das vedações à opção

Art. 9º Alterado pelo art. 6º da Lei nº 9779/99.

Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

I - na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais);

III - constituída sob a forma de sociedade por ações;

IV - cuja atividade seja banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores imobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

V - que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

VI - que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;

VII - constituída sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

VIII - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;

IX - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 2º;

X - de cujo capital participe, como sócio, outra pessoa jurídica.

XI - cuja receita decorrente da venda de bens importados seja superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta total;

XII - que realize operações relativas a:

- a) importação de produtos estrangeiros;
- b) locação ou administração de imóveis;
- c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;
- d) propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação;
- e) factoring;

f) prestação de serviço vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;

XIII - que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida;

XIV - que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de microempresa, ou antes da vigência desta Lei, quando se tratar de empresa de pequeno porte;

XV - que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVI - cujo titular, ou sócio que participe de seu capital com mais de 10% (dez por cento), esteja inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVII - que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da pessoa jurídica, salvo em relação aos eventos ocorridos antes da vigência desta Lei;

XVIII - cujo titular, ou sócio com participação em seu capital superior a 10% (dez por cento), adquira bens ou realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados.

§ 1º Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, os valores a que se referem os incisos I e II serão, respectivamente, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses.

§ 2º O disposto nos incisos IX e XIV não se aplica à participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcio de exportação e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedades, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte, desde que estas não exerçam as atividades referidas no inciso XII.

§ 3º O disposto no inciso XI e na alínea "a" do inciso XII não se aplica à pessoa jurídica situada exclusivamente em área da Zona Franca de Manaus e da Amazônia Ocidental, a que se referem os Decretos-leis nºs 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 356, de 15 de agosto de 1968.

Art. 10. Não poderá pagar o ICMS, na forma do SIMPLES, ainda que a Unidade Federada onde esteja estabelecida seja conveniada, a pessoa jurídica:

I - que possua estabelecimento em mais de uma unidade Federada;

II - que exerça, ainda que parcialmente, atividade de transporte interestadual ou intermunicipal.

Art. 11. Não poderá pagar o ISS, na forma do SIMPLES, ainda que o Município onde esteja estabelecida seja conveniado, a pessoa jurídica que possua estabelecimento em mais de um município.

Capítulo VI

Da exclusão do SIMPLES

Art. 12. A exclusão do SIMPLES será feita mediante comunicação pela pessoa jurídica ou de ofício.

Art. 13. A exclusão mediante comunicação da pessoa jurídica dar-se-á:

I - por opção.

II - obrigatoriamente, quando:

- a) incorrer em qualquer das situações excludentes constantes do art. 9º;
- b) ultrapassado, no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período.

§ 1º A exclusão na forma deste artigo será formalizada mediante alteração cadastral.

§ 2º A microempresa que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) estará excluída do SIMPLES nessa condição, podendo mediante alteração cadastral, inscrever-se na condição de empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso do inciso II e do parágrafo anterior, a comunicação deverá ser efetuada:

- a) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente àquele em que se deu o excesso de receita bruta, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 9º;
- b) até o último dia útil do mês subsequente àquele em que houver ocorrido o fato que deu ensejo à exclusão, nas hipóteses dos demais incisos do art. 9º e da alínea "b" do inciso II deste artigo.

Art. 14. A exclusão dar-se-á de ofício quando a pessoa jurídica incorrer em quaisquer das seguintes hipóteses:

- I - exclusão obrigatória, nas formas do inciso II e § 2º do artigo anterior, quando não realizada por comunicação da pessoa jurídica;
- II - embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiver obrigada, bem assim pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado, e demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública, nos termos do art. 200 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Sistema Tributário Nacional);
- III - resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades da pessoa jurídica ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade;
- IV - constituição da pessoa jurídica por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionistas, ou o titular, no caso de firma individual;
- V - prática reiterada de infração à legislação tributária;
- VI - comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;

VII - incidência em crimes contra a ordem tributária, com decisão definitiva.

Art. 15. Alterado pelo art. 3º da Lei nº 9.732/98

A exclusão do SIMPLES nas condições de que tratam os arts. 13 e 14 surtirá efeito:

I - a partir do ano-calendário subsequente, na hipótese de que trata o inciso I do art. 13;

II - a partir do mês subsequente ao que incorrida a situação excludente, nas hipóteses de que tratam os incisos III a XVIII do art. 9º;

III - a partir do início de atividade da pessoa jurídica, sujeitando-a ao pagamento da totalidade ou diferença dos respectivos impostos e contribuições, devidos de conformidade com as normas gerais de incidência, acrescidos, apenas, de juros de mora quando efetuado antes do início de procedimento de ofício, na hipótese do inciso II, "b", do art. 13;

IV - a partir do ano-calendário subsequente àquele em que for ultrapassado o limite estabelecido, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 9º;

V - a partir, inclusive, do mês de ocorrência de qualquer dos fatos mencionados nos incisos II a VII do artigo anterior.

§ 1º A pessoa jurídica que, por qualquer razão, for excluída do SIMPLES deverá apurar o estoque de produtos, matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem existente no último dia do último mês em que houver apurado o IPI ou o ICMS de conformidade com aquele sistema e determinar, a partir da respectiva documentação de aquisição, o montante dos créditos que serão passíveis de aproveitamento nos períodos de apuração subsequentes.

§ 2º O convênio poderá estabelecer outra forma de determinação dos créditos relativos ao ICMS, passíveis de aproveitamento, na hipótese de que trata o parágrafo anterior.

Art. 16º A pessoa jurídica excluída do SIMPLES sujeitar-se-á, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

Capítulo VII

Das atividades de Arrecadação, Cobrança, Fiscalização e Tributação

Art. 17º Competem à Secretaria da Receita Federal as atividades de arrecadação, cobrança, fiscalização e tributação dos impostos e contribuições pagos de conformidade com o SIMPLES.

§ 1º Aos processos de determinação e exigência dos créditos tributários e de consulta, relativos aos impostos e contribuições devidos de conformidade com o SIMPLES, aplicam-se as normas relativas ao imposto de renda.

§ 2º A celebração de convênio, na forma do art. 4º, implica delegar competência à Secretaria da Receita Federal, para o exercício das atividades de que trata este artigo, nos termos do art. 7º da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Sistema Tributário Nacional).

§ 3º O convênio a que se refere o parágrafo anterior poderá, também, disciplinar a forma de participação das Unidades Federadas nas atividades de fiscalização.

Seção I

Da Omissão de Receita

Art. 18º Aplicam-se à microempresa e à empresa de pequeno porte todas as presunções de omissão de receita existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições de que trata esta Lei, desde que apuráveis com base nos livros e documentos a que estiverem obrigadas aquelas pessoas jurídicas.

Seção II

Dos Acréscimos Legais

Art. 19º Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, as normas relativas aos juros e multa de mora e de ofício previstas para o imposto de renda, inclusive, quando for o caso, em relação ao ICMS e ao ISS.

Art. 20º A inobservância da exigência de que trata o § 5º do art. 8º sujeitará a pessoa jurídica à multa correspondente a 2% (dois por cento) do total dos impostos e contribuições devidos de conformidade com o SIMPLES no próprio mês em que constatada a irregularidade.

Parágrafo único. A multa a que se refere este artigo será aplicada, mensalmente, enquanto perdurar o descumprimento da obrigação a que se refere.

Art. 21º A falta de comunicação, quando obrigatória, da exclusão da pessoa jurídica do SIMPLES, nos prazos determinados no § 3º do art. 13, sujeitará a pessoa jurídica a multa correspondente a 10% (dez por cento) do total dos impostos e contribuições devidos de conformidade com o SIMPLES no mês que anteceder o início dos efeitos da exclusão, não inferior a R\$ 100,00 (cem reais), insusceptível de redução.

Art. 22º A imposição das multas de que trata esta Lei não exclui a aplicação das sanções previstas na legislação penal, inclusive em relação a declaração falsa, adulteração de documentos e emissão de nota fiscal em desacordo com a operação efetivamente praticada, a que estão sujeitos o titular ou sócio da pessoa jurídica.

Seção III

Da Partilha dos Valores Pagos

Art. 23. Alterado pelo art. 3º da Lei nº 9.732/98

Os valores pagos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES corresponderão a:

I - no caso de microempresas:

a) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "a" do inciso I do art. 5º:

1 - 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;

2 - 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;

3 - 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento), relativos as contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º;

4 - 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) relativos à COFINS;

b) em relação a faixa de receita bruta de que trata a alínea "b" do inciso I do art. 5º:

- 1 - 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 3 - 0,4% (quatro décimos por cento), relativos à CSLL;
- 4 - 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º;
- 5 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;

c) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "c" do inciso I do art. 5º:

- 1 - 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;
- 4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;
- 5 - 2% (dois por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º.

II - no caso de empresa de pequeno porte:

a) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "a" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,13% (treze centésimos por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0,13% (treze centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;
- 4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;
- 5 - 2,14% (dois inteiros e quatorze centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º;

b) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "b" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,26% (vinte e seis centésimos por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0,26% (vinte e seis centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;
- 4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;

5 - 2,28% (dois inteiros e vinte e oito centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º.

c) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "c" do inciso II do art. 5º:

1 - 0,39% (trinta e nove centésimos por cento), relativo ao IRPJ;

2 - 0,39% (trinta e nove centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;

3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;

4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;

5 - 2,42% (dois inteiros e quarenta e dois centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º.

d) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "d" do inciso II do art. 5º:

1 - 0,52% (cinquenta e dois centésimos por cento), relativo ao IRPJ;

2 - 0,52% (cinquenta e dois centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;

3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;

4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;

5 - 2,56% (dois inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º.

e) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "e" do inciso II do art. 5º:

1 - 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), relativo ao IRPJ;

2 - 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;

3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;

4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;

5 - 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º.

§ 1º Os percentuais relativos ao IPI, ao ICMS e ao ISS serão acrescidos de conformidade com o disposto nos §§ 2º a 4º do art. 5º, respectivamente.

§ 2º A pessoa jurídica, inscrita no SIMPLES na condição de microempresa, que ultrapassar, no decurso do ano-calendário, o limite a que se refere o inciso I do art. 2º, sujeitar-se-á, em relação aos valores excedentes, dentro daquele ano, aos percentuais e normas aplicáveis às empresas de pequeno porte, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º A pessoa jurídica cuja receita bruta, no decurso do ano-calendário, exceder ao limite a que se refere o inciso II do art. 2º, adotará, em relação aos valores excedentes, dentro daquele ano, os percentuais previstos na alínea "e" do inciso II e nos §§ 2º, 3º, inciso III e IV, e § 4º, inciso III ou IV, todos do art. 5º, acrescidos de 20% (vinte por cento), observado o disposto em seu § 1º.

Art. 24. Os valores arrecadados pelo SIMPLES, na forma do art. 6º, serão creditados a cada imposto e contribuição a que corresponder.

§ 1º Serão repassados diretamente, pela União, às Unidades Federadas e aos Municípios conveniados, até o último dia útil do mês da arrecadação, os valores correspondentes, respectivamente, ao ICMS e ao ISS, vedada qualquer retenção.

§ 2º A Secretaria do Tesouro Nacional celebrará convênio com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, visando a transferência dos recursos relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º, vedada qualquer retenção, observado que, em nenhuma hipótese, o repasse poderá ultrapassar o prazo a que se refere o parágrafo anterior.

Capítulo VIII

Das disposições gerais e transitórias

Seção I

Da isenção dos Rendimentos Distribuídos aos Sócios e ao Titular

Art. 25. Consideram-se isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores efetivamente pagos ao titular ou sócio da microempresa ou da empresa de pequeno porte, salvo os que corresponderem a pro labore, aluguéis ou serviços prestados.

Seção II

Do Parcelamento

Art. 26º Poderá ser autorizado o parcelamento, em até setenta e duas parcelas mensais e sucessivas, dos débitos para com a Fazenda Nacional e para com a Seguridade Social, de responsabilidade da microempresa ou empresa de pequeno porte e de seu titular ou sócio, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 1996.

§ 1º O valor mínimo da parcela mensal será de R\$ 50,00 (cinquenta reais), considerados isoladamente os débitos para com a Fazenda Nacional e para com a Seguridade Social.

§ 2º Aplicam-se ao disposto neste artigo as demais regras vigentes para parcelamento de tributos e contribuições federais.

Seção III

Do Conselho Deliberativo do SEBRAE

Art. 27º (VETADO)

Art. 28º A Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, com vigência prorrogada pela Lei nº 9.144, de 8 de dezembro de 1995, passa a vigorar até 31 de dezembro de 1997.

Art. 29º O inciso I do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

- motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinam o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi);

Art. 2ºO benefício de que trata o art. 1º somente poderá ser utilizado uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos, caso em que o benefício poderá ser utilizado uma segunda vez."

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1997.

Art. 31. Revogam-se os artigos 2º, 3º, 11 a 16, 19, incisos II e III, e 25 a 27 da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, o art. 42 da Lei nº 8.383 de 30 de dezembro de 1991 e os arts. 12 a 14 da Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994.

Brasília, 5 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

**ANEXO III. DECRETO ESTADUAL Nº 2953 DE 17 DE MARÇO DE 1997 QUE CRIA O
REGIME DE MICROEMPRESA SIMPLES/PR**

DECRETO N° 2.953

Publicado no DOE de 17.03.97

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, V, combinado com o art. 143, “caput”, da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto na Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996,

DECRETA

Art. 1º Ficam introduzidas no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 2.736, de 5 de dezembro de 1996, as seguintes alterações:

Alteração 34ª O inciso III do art. 57 passa a vigorar com a seguinte redação:

“III - em GR-PR, pelas microempresas, em relação:

a) às hipóteses previstas no art. 457, até o dia cinco do mês subsequente ao das respectivas operações e prestações;

b) ao disposto nos incisos I e II e § 3º do art. 456, no mês seguinte ao da receita bruta apurada, de acordo com o algarismo final da numeração seqüencial estadual do número de inscrição no CAD/ICMS, observados os seguintes prazos:

1. até o dia 16 - finais 1 e 2;
2. até o dia 17 - finais 3 e 4;
3. até o dia 18 - finais 5 e 6;
4. até o dia 19 - finais 7 e 8;
5. até o dia 20 - finais 9 e 0;”

Alteração 35ª Fica acrescentado o inciso VII ao art. 104 com a seguinte redação:

“VII - comprovante de inscrição como contribuinte do Imposto sobre Serviços - ISS, de competência municipal, quando for o caso, em se tratando de microempresa.”

Alteração 36ª O Capítulo XVIII do Título III passa a vigorar com a seguinte redação:

“CAPÍTULO XVIII

DO REGIME DAS MICROEMPRESAS - SIMPLES/PR

Art. 452. As microempresas, relativamente ao ICMS, terão tratamento tributário diferenciado, denominado SIMPLES/PR, regendo-se pelos termos, limites e condições deste capítulo (art. 170, inciso IX, da Constituição Federal; Convênio ICMS 59/89; art. 143, “caput”, da Constituição Estadual).

Art. 453. Para os fins do disposto neste capítulo, considera-se:

I - microempresa, faixa “A”, o contribuinte que tiver receita bruta anual igual ou

inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que representa 1.781 Unidades Padrão Fiscal do Paraná - UPF/PR;

II - microempresa, faixa "B", o contribuinte que tiver receita bruta anual superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), que representam 1.781 e 4.274 UPF/PR, respectivamente;

III - microempresa, faixa "C", o contribuinte que tiver receita bruta anual superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), que representam 4.274 e 25.641 UPF/PR, respectivamente, ressalvado o contido no § 3º do art. 456.

§ 1º No primeiro ano de atividade, o limite da receita será obtido proporcionalmente ao número de meses decorridos do mês de inscrição da empresa no Cadastro de Contribuintes do Estado - CAD/ICMS, inclusive, e dezembro do mesmo ano.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o valor total das saídas do estabelecimento, excluídos os valores correspondentes a saídas canceladas e descontos incondicionais concedidos.

§ 3º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, "in fine", para fins de determinação da receita bruta apurada mensalmente é vedado proceder-se a qualquer outra exclusão em virtude da alíquota incidente ou de tratamento tributário diferenciado (substituição tributária, crédito presumido, redução de base de cálculo e isenção).

Art. 454. O enquadramento no SIMPLES/PR será realizado mediante opção expressa do contribuinte, que informará também se é contribuinte do ISS.

Art. 455. Será excluído do SIMPLES/PR o contribuinte:

- I - que não preencher os requisitos mencionados neste capítulo;
- II - incluído com base em informações irreais;
- III - que ocultar ao fisco operações ou prestações relacionadas com suas atividades;
- IV - que optar pelo regime normal de tributação.

§ 1º A empresa excluída retornará ao regime normal de apuração e pagamento do imposto, a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ocorrência do evento.

§ 2º Nas hipóteses deste artigo e do § 4º do artigo seguinte, fica assegurado o direito de recuperação do crédito em relação às entradas de mercadorias anteriormente tributadas, existentes em estoque, ressalvadas as sujeitas ao regime de substituição tributária, cujas saídas devam ocorrer com débito do imposto, podendo o contribuinte, na impossibilidade ou dificuldade de determinação do valor real, apropriar-se de 12% do valor dessas mercadorias.

§ 3º Para os fins do disposto no parágrafo anterior, a recuperação do crédito em relação à entrada de bens do ativo permanente deverá observar o contido na alínea "b" do § 1º e §§ 3º a 7º do art. 53.

Art. 456. O valor devido mensalmente:

- I - pela microempresa, faixa "A", será o correspondente a 1 UPF/PR (R\$ 28,08 no

exercício de 1997);

II - pelos demais optantes pelo SIMPLES/PR será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta, dos seguintes percentuais:

a) em relação à microempresa, faixa "B", contribuinte exclusivamente do ICMS: 1 (um) ponto percentual;

b) em relação à microempresa, faixa "B", contribuinte do ICMS e do ISS: 0,5 (meio) ponto percentual;

c) em relação à microempresa, faixa "C", contribuinte exclusivamente do ICMS: 2,5 (dois e meio) pontos percentuais;

d) em relação à microempresa, faixa "C", contribuinte do ICMS e do ISS: 2,0 (dois) pontos percentuais.

§ 1º A microempresa, faixa "A", optante pelo SIMPLES/PR que, no decurso do exercício, exceder a receita bruta acumulada de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sujeitar-se-á, a partir, inclusive, do mês em que verificado o excesso, aos percentuais previstos para as microempresas, faixa "B", na forma das alíneas "a" ou "b" do inciso II, desde que não haja ultrapassado o limite de receita bruta anual de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), devendo, até o primeiro dia do segundo mês após a ocorrência, comunicar o fato à repartição fazendária a que estiver subordinada, passando então a ser considerada microempresa, faixa "B".

§ 2º A microempresa, faixa "B", optante pelo SIMPLES/PR que, no decurso do exercício, exceder a receita bruta acumulada de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), sujeitar-se-á, a partir, inclusive, do mês em que verificado o excesso, aos percentuais previstos para as microempresas, faixa "C", na forma das alíneas "c" ou "d" do inciso II, desde que não haja ultrapassado o limite de receita bruta anual de R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), devendo, até o primeiro dia do segundo mês após a ocorrência, comunicar o fato à repartição fazendária a que estiver subordinada, passando então a ser considerada microempresa, faixa "C", ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º A microempresa, faixa "C", cuja receita bruta, no decurso do exercício, exceder, em até 10% (dez por cento), ao limite de receita bruta acumulada de R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), deverá recolher o imposto sobre a parcela excedente em GR/PR distinta, sujeitando-se, inclusive, no mês em que verificado o excesso:

a) se for contribuinte do ICMS: 3,5 (três e meio) pontos percentuais;

b) se for contribuinte do ICMS e do ISS: 3 (três) pontos percentuais.

§ 4º A microempresa, faixa "C", cuja receita bruta, no decurso do exercício, exceder ao limite de receita bruta acumulada prevista no parágrafo anterior, estará excluída do SIMPLES/PR, a partir do primeiro dia do segundo mês após a ocorrência, devendo comunicar o fato à repartição fazendária a que estiver subordinada, passando a submeter-se ao regime normal de tributação.

§ 5º O valor devido mensalmente pelas microempresas, faixas "B" e "C", sem prejuízo do disposto no inciso II, não poderá ser inferior a 1 UPF/PR.

Art. 457. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a microempresa optante pelo SIMPLES/PR é responsável pelo pagamento do imposto referente:

I - às mercadorias e serviços que adquirir de contribuinte não inscrito no CAD/ICMS;

II - à entrada de bens ou mercadorias de importação própria;

III - às aquisições de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária em que não tenha ocorrido a retenção do ICMS e o remetente não tenha sido ou tenha deixado de ser eleito substituto tributário;

IV - à utilização de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outra unidade federada e não esteja vinculada a operação ou prestação subsequente alcançada pela incidência do imposto.

Art. 458. A opção pelo SIMPLES/PR veda, para a microempresa, a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, bem assim a apropriação e transferência de créditos relativos ao ICMS.

Art. 459. Não poderá optar pelo SIMPLES/PR, o contribuinte:

I - na condição de microempresa, faixa "A", que tenha, no exercício imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

II - na condição de microempresa, faixa "B", que tenha, no exercício imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

III - na condição de microempresa, faixa "C", que tenha, no exercício imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), ressalvado o disposto no § 3º do art. 456;

IV - constituídos sob a forma de sociedade por ações, cooperativa, ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica, ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

V - que realize operações relativas a:

a) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

b) produção, extração ou exportação de produtos primários;

VI - que preste serviços de transporte interestadual ou intermunicipal ou de comunicação;

VII - cujo titular ou sócio participe de outras sociedades comerciais cujo faturamento, em sua totalidade, seja superior a R\$ 720.000,00 (25.641 UPF/PR), ressalvado o disposto no § 3º do art. 456;

VIII - eleito substituto tributário em relação a operações subsequentes;

IX - que operem nos seguintes ramos de atividade econômica:

a) desdobramento de madeira - Código de Atividade Econômica - CAE 15.1, exclusive as serrarias incluídas no CAE 15.11.00;

b) secagem, salga, curtimento e outras preparações de couros e peles, inclusive subprodutos - CAE 19.1;

c) construção civil - CAE 33;

d) comércio varejista de veículos novos e usados, concessionárias (exclusive

bicicletas e triciclos) - CAE 41.61 a 41.63;

e) comércio varejista de veículos novos e usados, peças e acessórios - CAE 41.69.00;

f) comércio varejista de aparelhos e equipamentos para comunicação (inclusive peças e acessórios) - CAE 41.73.00;

g) comércio atacadista em geral - CAE 43 e 44.

§ 1º Será vedada a opção pelo SIMPLES/PR ao contribuinte em situação fiscal irregular perante o CAD/ICMS, ou com débitos pendentes de ICMS, ressalvados os casos em que a exigibilidade do crédito esteja suspensa.

§ 2º Na hipótese de início de atividade no exercício imediatamente anterior ao da opção, os valores a que se referem os incisos I, II e III serão, respectivamente, de R\$ 4.166,66, R\$ 10.000,00 e R\$ 60.000,00, multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período.

Art. 460. As microempresas optantes pelo SIMPLES/PR deverão cumprir as seguintes obrigações acessórias:

I - inscrever-se no CAD/ICMS;

II - emitir documentos fiscais para documentar as entradas e as saídas que promover;

III - escriturar os livros Registro de Entradas e Registro de Saídas, os quais se prestarão aos demais registros que a legislação determinar;

IV - apresentar, mensalmente, GIA/ICMS, cuja forma e prazo observará o disposto em norma de procedimento, excetuadas as microempresas enquadradas na faixa "A";

V - preencher e entregar, anualmente, a Declaração Fisco-Contábil Simplificada;

VI - manter toda a documentação relativa aos atos negociais que praticar ou em que intervier, até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações ou prestações a que se refiram.

§ 1º A microempresa deverá proceder ao levantamento dos estoques em 31 de dezembro de cada ano, escriturando a quantidade, descrição e valor dos produtos no livro Registro de Entradas ou no livro Registro de Inventário.

§ 2º Fica facultado às microempresas, faixa "A", em substituição à utilização do livro Registro de Saídas, a escrituração dos documentos fiscais de saída na coluna "Observações" do livro Registro de Entradas.

§ 3º As microempresas enquadradas no SIMPLES/PR deverão manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que esclareça tratar-se de microempresa enquadrada no SIMPLES/PR com o respectivo número da inscrição no CAD/ICMS.

Art. 461. Para os fins do disposto no inciso II do artigo anterior, os documentos fiscais emitidos pelas microempresas optantes pelo SIMPLES/PR:

I - não deverão conter o destaque do ICMS;

II - deverão conter impressa, ainda que por meio de carimbo, a expressão

“Documento Emitido por Microempresa Optante pelo SIMPLES/PR”.

Art. 462. Procedimentos contrários às disposições deste capítulo sujeitam a microempresa às multas previstas no art. 621, de conformidade com o ilícito praticado.

Parágrafo único. O titular ou sócio responderá solidariamente pela aplicação deste artigo, ficando ainda impedido de optar, em qualquer outra empresa, pelo SIMPLES/PR.”

Alteração 37ª Fica revogado o item 51 do Anexo I (Lei Complementar n. 80, de 27 de dezembro de 1996).

Art. 2º A Secretaria da Fazenda, mensalmente, encaminhará às microempresas optantes pelo SIMPLES/PR, Guia de Recolhimento do Estado do Paraná - GR-PR, pré-preenchida, para fins de recolhimento do imposto devido na forma dos incisos I e II do art. 456.

Art. 3º O contribuinte inscrito no CAD/ICMS, ou que vier a inscrever-se, poderá optar pelo enquadramento no Regime das Microempresas - SIMPLES/PR, observado o disposto nos arts. 452 a 462 do Regulamento do ICMS, na redação dada pela alteração 36ª do art. 1º deste Decreto.

Parágrafo único. O contribuinte inscrito no CAD/ICMS na condição de microempresa em situação fiscal regular perante o CAD/ICMS, ou com débitos pendentes de ICMS cuja exigibilidade esteja suspensa, será automaticamente enquadrado no SIMPLES/PR, assegurando-se-lhe o direito de, até 31.05.97, optar pelo regime normal de tributação ou informar, à repartição fiscal a que estiver subordinado, a faixa de receita bruta na qual se enquadra.

Art. 4º No recolhimento do SIMPLES/PR poderá ser incluída a arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência municipal, devido pela microempresa contribuinte do ICMS e do ISS, desde que o município em que o contribuinte estiver estabelecido venha a aderir mediante convênio.

Parágrafo único. Os convênios serão bilaterais e terão como partes o Estado do Paraná, representado pela Secretaria de Estado da Fazenda, e o município, desde que o recolhimento, a título de ISS, seja equivalente a 0,5 (meio) ponto percentual da receita bruta, observando-se como limite máximo desta, o valor previsto no art. 453, inciso III, do Regulamento do ICMS, com a redação dada pela alteração 36ª, do art. 1º, deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir desta data em relação ao disposto no art. 3º e de 1º de abril de 1997 em relação aos demais dispositivos.

Curitiba, em 13 de março de 1997, 176º da Independência e 109º da República.

JAIME LERNER
GOVERNADOR DO ESTADO

MIGUEL SALOMÃO

**ANEXO IV. DECRETO ESTADUAL Nº 246 DE 29 DE JANEIRO DE 2003 O QUAL
ESTABELECE NO PARANÁ O NOVO REGIME DE MICROEMPRESA E EMPRESAS
DE PEQUENO PORTE**

DECRETO N. 246

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, V, da Constituição Estadual, e considerando o disposto no art. 179 da Constituição Federal, o art. 143 da Constituição Estadual, na Lei n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e nas Leis Estaduais n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, 9.895, de 8 de janeiro de 1992, e 11.651, de 27 de dezembro de 2002, e o Convênio ICMS 59/89,

DECRETA

Art. 1º Fica introduzida no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 5.141, de 12 de dezembro de 2001, a seguinte alteração:

Alteração 141ª O Capítulo XVI do Título III passa a vigorar com a seguinte redação:

“CAPÍTULO XVI”

DO REGIME FISCAL DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Art. 406. As microempresas e as empresas de pequeno porte terão tratamento tributário diferenciado, regendo-se pelos termos, limites e condições deste Capítulo.

Art. 407. Para os fins do disposto neste capítulo, considera-se:

I - Microempresa, aquela que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), no ano de seu enquadramento ou no ano anterior, se estiver em atividade;

II – Empresa de Pequeno Porte - EPP, aquela que tiver receita bruta anual superior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), no ano de seu enquadramento ou no ano anterior, se estiver em atividade.

§ 1º A receita bruta prevista neste artigo:

a) será a auferida no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro;

b) terá seu limite calculado proporcionalmente ao número de meses de efetiva

atividade quando:

1. o início das operações ocorrer após o mês de janeiro;
2. o seu encerramento ocorrer antes do mês de dezembro;
3. suas atividades forem suspensas por um ou mais meses do ano civil;

c) considerará o valor total das saídas de mercadorias e das prestações de serviços, promovidas em conjunto por todos os estabelecimentos da empresa, excluídos os valores correspondentes a prestações de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios, saídas canceladas, descontos incondicionais concedidos, devoluções de mercadorias adquiridas, transferências em operações internas e operações internas decorrentes de remessas para depósito, armazenagem, demonstração, feira ou exposição, industrialização ou conserto.

§ 2º Ressalvado o disposto na alínea “c” do parágrafo anterior, para fins de determinação da receita bruta apurada mensalmente, é vedado efetuar qualquer outra exclusão.

Art. 408. O enquadramento no Regime Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será realizado mediante opção expressa do contribuinte, observado o disposto em Norma de Procedimento Fiscal.

Art. 409. Não poderá optar pelo Regime Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a empresa:

I - constituída sob a forma de sociedade por ações ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica;

II - que realize operações relativas a:

a) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

b) produção e extração de produtos primários;

III - que preste serviços de transporte interestadual ou intermunicipal;

IV - em que o titular ou sócio participe de outras sociedades comerciais cujo faturamento, em sua totalidade, seja superior ao valor equivalente a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

V - eleito substituto tributário em relação a operações subsequentes.

Art. 410. A parcela de receita bruta mensal do conjunto de estabelecimentos da microempresa e da empresa de pequeno porte, até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fica desonerada do ICMS.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui as microempresas e as empresas de pequeno porte da obrigatoriedade de recolhimento do imposto nas hipóteses previstas no art. 412.

Art. 411. As microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme definidas neste Capítulo, ficam sujeitas ao recolhimento mensal de ICMS de valor equivalente ao somatório do resultado da aplicação dos seguintes percentuais sobre a receita bruta mensal do conjunto de seus estabelecimentos:

I - 2% (dois pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e seja igual ou inferior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

II - 3% (três pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e seja igual ou inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

III - 4% (quatro pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o valor total das saídas de mercadorias e das prestações de serviços, promovidas pelo conjunto de estabelecimentos da empresa, excluídos os valores correspondentes a:

- a) prestações de serviços compreendidos na competência tributária dos municípios;
- b) saídas canceladas;
- c) descontos incondicionais concedidos;
- d) devoluções de mercadorias adquiridas;
- e) transferências em operações internas;
- f) operações internas decorrentes de remessas para depósito, armazenagem, demonstração, feira ou exposição, industrialização ou conserto;
- g) saídas com isenção, imunidade, suspensão do pagamento do imposto, sujeitas ao regime de substituição tributária e para venda ambulante não realizadas.

Art. 412. A microempresa e a empresa de pequeno porte são responsáveis, também, pelo pagamento do imposto referente:

- I - às hipóteses de responsabilidade previstas na legislação do ICMS;
- II - à entrada decorrente de importação de bens e de mercadorias e à arrematação em leilão;

III - às aquisições de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária em que não tenha ocorrido a retenção do ICMS e o remetente não tenha sido ou tenha deixado de ser eleito substituto tributário;

- IV - às hipóteses de recolhimento antecipado.

Art. 413. A microempresa e a empresa de pequeno porte que possuírem mais de um estabelecimento no Estado deverão efetuar a apuração e o recolhimento do imposto de forma centralizada, observado o disposto em Norma de Procedimento Fiscal, num único estabelecimento, denominado centralizador, devendo informar, por ocasião do pedido de enquadramento de cada um dos estabelecimentos, a condição de centralizador ou centralizado.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, o novo estabelecimento inscrito no CAD/ICMS, de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte será automaticamente considerado como centralizado.

Art. 414. Perderá a condição de microempresa e de empresa de pequeno porte aquela que:

- I - não preencher os requisitos mencionados neste Capítulo;
- II - optar pelo regime normal de tributação;
- III - ocultar ao fisco operações ou prestações relacionadas com suas atividades ou quando for constatada incompatibilidade entre a receita bruta declarada e as informações econômico-fiscais prestadas pela empresa ou apuradas pelo fisco.

§ 1º A empresa excluída do Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte retornará ao regime normal de apuração e pagamento do imposto a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ocorrência do evento, exceto no caso de exclusão por opção, hipótese em que o contribuinte sujeitar-se-á ao regime normal a partir do 1º dia do mês subsequente ao da opção.

§ 2º Na hipótese de desenquadramento de ofício previsto neste artigo, a empresa poderá ser reenquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte após decorrido o prazo de um ano, contado do mês de referência do desenquadramento.

§ 3º A microempresa e a empresa de pequeno porte cuja receita bruta, no decurso do exercício, exceder ao limite acumulado de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), estará excluída do Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ocorrência. Tal fato deverá ser comunicado à repartição fazendária a que estiver subordinada, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência, passando a empresa a submeter-se ao regime normal de tributação.

Art. 415. Na hipótese do artigo anterior, fica assegurado o direito de recuperação do crédito em relação às entradas de mercadorias anteriormente tributadas, existentes em estoque, ressalvadas as sujeitas ao regime de substituição tributária, cujas saídas devam ocorrer com débito do imposto, podendo o contribuinte, na impossibilidade ou dificuldade de determinação do valor real, apropriar-se de 12% do valor dessas mercadorias.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, a recuperação do crédito em relação à entrada de bens do ativo permanente deverá observar, no que couber, o contido no § 4º do art. 24.

Art. 416. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão cumprir as seguintes obrigações acessórias:

I - inscrever-se no CAD/ICMS;

II - emitir documentos fiscais para documentar as entradas e as saídas que promover;

III - escriturar os livros Registro de Entradas e Registro de Saídas, os quais se prestarão aos demais registros que a legislação determinar;

IV - apresentar, mensalmente, GIA/ICMS, cuja forma e prazo observará o disposto em Norma de Procedimento Fiscal;

V - preencher e entregar, anualmente, a Declaração Fisco-Contábil – DFC, e a Guia de Informação das Operações e Prestações Interestaduais - GI/ICMS;

VI - manter toda a documentação relativa aos atos negociais que praticar ou em que intervier, até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações ou prestações a que se refiram;

VII – proceder ao levantamento dos estoques em 31 de dezembro de cada ano, escriturando a quantidade, descrição e valor dos produtos no livro Registro de Entradas ou no livro Registro de Inventário;

VIII - manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que informe tratar-se de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte com o respectivo número da inscrição no CAD/ICMS;

IX – entregar arquivo magnético, na hipótese de emitir documentos fiscais ou escriturar livros fiscais por sistema eletrônico de processamento de dados, atendendo o disposto no Capítulo XIV do Título III.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no inciso II, os documentos fiscais emitidos pelas empresas enquadradas no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte:

a) não deverão conter o destaque do ICMS;

b) deverão conter impressa, ainda que por meio de carimbo, a expressão: “Documento emitido por empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Não gera direito a crédito de ICMS”.

Art. 416-A. A opção pelo Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte veda a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, assim como a apropriação e transferência de créditos relativos ao ICMS.

Art. 416-B. Aplicam-se às empresas enquadradas no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte as multas previstas no art. 55 da Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, de conformidade com o ilícito praticado.

Art. 416-C. Ressalvado o disposto neste Capítulo, aplicam-se à empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, no que couber, as demais normas relativas ao ICMS.

Art. 2º O contribuinte atualmente optante pelo SIMPLES/PR, sujeitar-se-á ao enquadramento de ofício no novo Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte de que trata este Decreto.

§ 1º As empresas enquadradas de ofício no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte que deixarem de apresentar a Declaração Fisco Contábil – ano base 2002, nos prazos estabelecidos na legislação serão automaticamente desenquadradas e inseridas no regime normal de tributação, podendo ser reenquadradas, a pedido, desde que cumpram os requisitos para enquadramento.

§ 2º No enquadramento de ofício de que trata este artigo será considerada como estabelecimento centralizador a matriz, com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, ou, na inexistência desta no CAD/ICMS, o estabelecimento da empresa com inscrição mais antiga.

Art. 3º A fiscalização das empresas enquadradas no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte terão, prioritariamente, caráter orientativo e medidas fiscais de caráter punitivo serão, necessariamente, precedidas de autorização do Diretor da Coordenação da Receita do Estado.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º. 02.2003, inclusive.

Curitiba, 29 de janeiro de 2003, 182º da Independência e 115º da República.

Roberto Requião
Governador do Estado

Heron Arzua
Secretário de Estado da Fazenda